OURO DO SANGUE YANOMAMI

Já são quase quatro décadas em que "os garimpeiros estão lá com parceiros, sócios e cúmplices na ilegalidade". A confissão desse crime continuado foi feita por José Altino Machado, Zé Altino, uma memória-viva do garimpo do ouro na Amazônia. As fotos ao lado também não deixam dúvidas: a parceria, a sociedade e a cumplicidade já foram longe demais em busca do *Ouro do Sangue Yanomami*. E se instalaram mais uma vez no poder do País com Jair Bolsonaro, um ferrenho defensor da mineração em terras indígenas. Se dependesse do ex-capitão do Exército, haveria garimpo, mas não mais Yanomami, Munduruku ou qualquer outro povo indígena.

O Brasil vive a sua quarta grande corrida do ouro ilegal na TI Yanomami. A primeira ocorreu nos anos 1970, patrocinada pelos militares e em plena ditadura. A segunda, nos primeiros anos da Nova República; e a terceira nos anos 1990 que resultou, em 1993, no assassinato de 16 Yanomami da aldeia Haximu, na Venezuela. Dos 23 garimpeiros acusados pelos massacre e extração ilegal de ouro, apenas 5 foram condenados pelo genocídio. Alguns daqueles criminosos operam hoje dentro da TI Yanomami, em solo brasileiro. Nesta atual corrida, intensificada desde 2019, já são mais de 26 mil garimpeiros invasores em Roraima, um estado hostil aos direitos indígenas.

Uma parceria inédita entre as mídias independentes **Amazônia Real** e **Repórter Brasil** resultou em *Ouro do Sangue Yanomami,* uma série de sete reportagens especiais sobre como funciona a cadeia de extração ilegal do ouro. Clique em cada uma das imagens do lado para ter acesso a esse conteúdo multimídia.

Nesses quatro meses de investigação, descobriu-se como o esquema criminoso começa com a mão de obra barata de homens nos garimpos, mas que só existe por meio de uma rica e complexa estrutura. Estão envolvidos de mineradores com grande capital financeiro e donos de aeronaves a servidores públicos, políticos e governantes, indígenas, grifes de joalherias internacionais e o narcotráfico. O Brasil precisa saber, de uma vez por todas, quem compra o ouro do sangue Yanomami.

Realization

Financial support

Yanomami Blood Gold Teams

Amazônia Real: Kátia Brasil (executive editor); Eduardo Nunomura (special editor); Alberto Cesar Araujo (photography editor), Elaíze Farias (content editor); Maria Fernanda Ribeiro, Clara Britto and Alicia Lobato (reporters); Bruno Kelly (flight photographer) and Paulo Dessana (photographer); Lívia Lemos (social media); Maria Cecília Costa (executive assistant); Giovanny Vera (maps); César Nogueira (editing); Nelson Mota (developer); and Ana Cecília Maranhão

Godoy (translator).

Repórter Brasil: Ana Magalhães (journalism coordinator); Mariana Della Barba (editor); Mayra Sartorato (social media editor); Piero Locatelli and Guilherme Henrique (reporters); Joyce Cardoso (intern).

Céu sem lei é controlado por garimpeiros

Durante sobrevoo à Terra Indígena Yanomami, um avião ilegal de pequeno porte tentou interceptar a aeronave da reportagem, que constatou o cenário de devastação na floresta e nos rios deixado pelo garimpo ilegal. (Foto de Bruno Kelly/Amazônia Real)

Compartilhe:

Publicação
24/06/2021 09:07

Por Maria Fernanda Ribeiro, da Amazônia Real

A visão não é a de um formigueiro humano como no garimpo de Serra Pelada, no Pará. Na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, o garimpo ilegal destrói a Floresta Amazônica de forma pulverizada, mas não menos feroz. Os núcleos de mineração de ouro se dispersam ao longo dos rios Uraricoera, Parima, Mucajaí e Couto de Magalhães. Em cada um deles, os solos expostos em extensas clareiras tingem a paisagem antes verde de um marrom dourado, quase ferrugem. São como cicatrizes abertas. Uma água barrenta escorre de lagoas de sedimentos e jorra para os rios. Há muito mercúrio, ainda largamente utilizado na extração do cobiçado minério. Mas carrega também o sangue dos Yanomami, que pedem socorro.

verdade. Você pode olhar, para você acreditar", alertou o líder indígena Davi Kopenawa Yanomami. Reconhecido mundialmente como um grande defensor na luta pelos direitos da Terra Indígena Yanomami (TIY), Davi Kopenawa autorizou o sobrevoo feito no dia 30 de abril pela reportagem sobre as áreas de garimpo ilegal. Ele sabia que haveria riscos.

O avião da reportagem partiu de Boa Vista, capital de Roraima, e demorou uma hora até chegar à primeira área de garimpo. O verde da floresta amazônica predominava na paisagem nos primeiros 30 minutos de sobrevoo, já dentro dos limites da TIY, quando um avião de pequeno porte cruzou na frente da aeronave que transportava a reportagem. Localizada no extremo Norte do Brasil, a terra indígena de 9,6 milhões de hectares fica entre os estados de Roraima e Amazonas, e se estende até a fronteira com a Venezuela. À medida que as imagens da devastação do garimpo ilegal avançavam, aumentava também a presença de aviões e helicópteros que sobrevoavam o local, como se céu e terra pertencessem aos garimpeiros ilegais. É a quarta grande corrida do ouro desde os anos 1970.

Durante sobrevoo à Terra Indígena Yanomami, um avião ilegal de pequeno porte tentou interceptar a aeronave da reportagem, que constatou o cenário de devastação na floresta e nos rios deixado pela mineração (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

A **Amazônia Real** se uniu à **Repórter Brasil** para investigar a fundo o problema do garimpo ilegal na maior terra indígena do Brasil. Foram quatro meses de apuração e a análise de mais de 5 mil páginas de documentos para traçar a rota do ouro, identificar as principais empresas compradoras, compreender as fragilidades na legislação (que isenta os compradores de qualquer responsabilidade), destrinchar o antigo interesse dos políticos na atividade e revelar como a rápida aproximação do garimpo com o tráfico internacional de drogas. A investigação teve acesso a dois inquéritos da Polícia Federal por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) e às acusações do Ministério Público Federal, feitas com base em operações de combate ao garimpo na TI Yanomami feitas desde 2012.

O especial **Ouro do Sangue Yanomami** – que conta com sete reportagens produzidas – mostra que nesse exato instante há uma profusão de atores se enriquecendo com a atividade ilegal nas terras indígenas do país. É um crime contínuo, defendido pelo governo do presidente Jair Bolsonaro e tolerado pela sociedade.

Os voos irregulares

Helicóptero e um avião sobrevoando são vistos na região do Homoxi na Terra Indígena Yanomami (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

A bordo de um avião modelo Caravan, a equipe de reportagem da **Amazônia Real** sobrevoou cinco pontos da TI Yanomami em abril deste ano, duas semanas antes dos ataques a tiros à comunidade Palimiu por garimpeiros ligados à facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). Paapiu, Homoxi, Xitei, Parima e Waikás foram as áreas identificadas pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) por serem as mais críticas. É onde há muitos garimpeiros, presença ostensiva de balsas, de maquinários e voadeiras, contaminação das águas por mercúrio e extração das árvores em larga escala.

Aviões e helicópteros, mesmo voando de maneira irregular, parecem não se incomodar e muito menos temer o fato de estarem invadindo um espaço aéreo. É como se ali nem existissem os três Pelotões Especiais de Fronteira do Exército para impedi-los. Em céu de garimpeiro, eles dão as ordens.

Na região do Homoxi, um dos aviões permaneceu voando em círculos abaixo do Caravan da reportagem até que fôssemos embora. O risco de "levar tiro de garimpeiro", expressado pelo piloto, impediu que voássemos mais baixo e acelerou a passagem do avião por algumas áreas garimpeiras para não chamar a atenção.

Em uma conversa de piloto para piloto, o que trabalhava para os garimpeiros perguntou ao que conduzia a equipe de reportagem quem é que estava na aeronave e se ele iria pousar. O piloto optou por não contar que estava com um fotógrafo e uma repórter a bordo. Segundo ele, era mais seguro seguir assim.

As aeronaves em áreas de mineração cumprem funções essenciais: transportar sondas, bombas, motosserras, calhas de lavagem, mangueiras, detectores de metais e o mercúrio, necessários para a mineração do ouro, suprimentos para manter os garimpeiros confinados por semanas e deixar claro que ali há donos. São eles que recolhem a pedra preciosa, prospectam novas lavras e mantêm a atividade aurífera a pleno vapor. Os produtores rurais repetem um mantra: "Olho de dono é que engorda boi". No garimpo, o boi se chama ouro.

Garimpo na região do Homoxi na Terra Indígena Yanomami (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Nas duas horas de duração do sobrevoo, o rastro de destruição causado pelo garimpo ilegal é constante. Há poucos locais em que a vista descansa para apreciar os trechos de floresta preservada sem invasores e os imensos buracos causados por homens e máquinas à procura de ouro. A proximidade das lavras garimpeiras, dos acampamentos não indígenas e de pistas clandestinas com as malocas e roçados das comunidades Yanomami mostra a ousadia dos invasores na certeza da impunidade.

Leia mais sobre as aeronaves ligadas à atividade garimpeira

Invasores que parecem porcos com fome, como afirma Davi Kopenawa. "Homem garimpeiro é como um porco de criação da cidade, faz muito buraco procurando ouro e diamante." Kopenawa já presenciou a consequência e a violência das invasões com o episódio do massacre de Haximu, no Alto Orinoco, na Venezuela, em 1993, quando garimpeiros armados, numa série de ataques a tiros e facas, mataram 16 Yanomami. Foi o primeiro caso de genocídio reconhecido pela Justiça brasileira. Davi teme ver a história se repetir.

Sobrevoando a uma altura de 2 mil pés (600 metros do solo), a reportagem flagrou invasores trabalhando nas imensas crateras para extrair o ouro das cavas e dos barrancos. É intensa a movimentação de embarcações nos rios para abastecimento do garimpo. De cima, é nítido o funcionamento de uma complexa organização logística terrestre, fluvial e aérea que viabiliza a extração ilegal desse ouro de aluvião na TI Yanomami em uma escala intensa e frenética.

O relatório "Cicatrizes na Floresta – Evolução do Garimpo Ilegal na Terra Indígena Yanomami", lançado em março de 2021 pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) e Associação Wanasseduume Ye'kwana (Seduume), aponta cerca de 20 mil garimpeiros ilegais no território. No entanto, os próprios garimpeiros dão um número maior. Segundo o aviador e histórico minerador José Altino Machado seriam mais de 26 mil homens nesta que é conhecida como a quarta corrida do ouro em Roraima. Zé Altino, como é mais conhecido, é presidente da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal e foi o responsável pela primeira e segunda invasões no território nos anos 1970 e 1980.

Leia mais sobre Zé Altino, memória-viva do garimpo

Pistas clandestinas

Garimpo e uma pista de pouso na região do Homoxi na TI Yanomami (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Além dos aviões e helicópteros, dos maquinários, das balsas e voadeiras previamente antecipadas por Davi Kopenawa, há incontáveis pistas clandestinas, de diferentes tamanhos, que rasgam a floresta. Algumas são coladas às malocas dos Yanomami. Assim como balsas e maquinários pesados, que também estão próximos de algumas comunidades e dos roçados indígenas.

Na região do Homoxi, na fronteira com a Venezuela, os garimpeiros levantaram um alojamento a alguns metros de distância de uma comunidade. De um lado da margem de um igarapé contaminado pela ação do mercúrio, uma grande maloca e mais duas menores aparecem circundadas pela área de roçado, onde é cultivado o alimento de toda a aldeia. Do outro lado da margem, está o acampamento dos invasores. A cena é marcada por lavras de garimpo, rio assoreado, imensos buracos de terra escavada e as lagoas de sedimentos deixados pela fúria da atividade ilegal.

São muitas as cicatrizes deixadas pelos garimpeiros na TI Yanomami. Uma vez exaurida a extração do ouro, é hora de levantar o acampamento, recolhendo as improvisadas barracas de lonas azuis para serem usadas num outro ponto de garimpagem. Se a lavra for "rentável", os garimpeiros ficam meses nela. Caso contrário, partem para outra localidade no que eles consideram ser uma terra sem dono. Em uma lavra, a concentração de um metal tão raro quanto o ouro é de apenas alguns gramas por tonelada de terra minerada.

A Força Aérea Brasileira, segundo o Ministério da Defesa, faz o monitoramento do espaço aéreo 24 horas por dia, e caso haja aeronaves suspeitas e não identificadas sobrevoando a TI Yanomami, há procedimentos de interceptação. Em nota enviada à reportagem, o ministério afirma atuar "permanentemente no combate a delitos transfronteiriços e ambientais" e que as ações são coordenadas pelo Centro de Operações Militares 4, do 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta), localizado em Manaus.

2.430 hectares destruídos

Grande Área de garimpo conhecida como Tatuzão, e com dezenas de barracões na região do rio Uraricoera na TI Yanomami (Foto: Bruno Kelly/Amazonia Real)

Tal avizinhamento e o risco que isso acarreta foram alvo de denúncia no relatório produzido pelos Yanomami. De um lado, há o agravamento no quadro epidemiológico, como a disparada nos casos de Covid-19 e malária. Com o desmate florestal, a proliferação do mosquito *Anopheles* é facilitada, potencializando a disseminação da doença. Entre 2014 e 2019, os casos de malária quintuplicaram na TI Yanomami. E o garimpo também está relacionado a altas taxas de contaminação por mercúrio, usado para separar o ouro (o metal pesado e tóxico cria um amálgama que depois, ao ser incinerado, se volatiza e é levado pelo vento), causando danos de longo prazo e irreversíveis na saúde dos indígenas, além de gerar desestruturação econômica e levar a conflitos violentos.

O tamanho da destruição do garimpo ilegal do ouro já chega a 2.430 hectares na TI Yanomami, o equivalente a 2.430 campos de futebol, segundo o relatório mais recente da HAY, divulgado em maio deste ano. Somente em 2020, a degradação avançou 500 hectares, associada à intensificação do uso de material pesado e sofisticado para a extração do minério. A atividade garimpeira se prolifera no território, subindo os rios, com crescentes núcleos de invasores e novas rotas de acesso ao interior da floresta amazônica.

A região do Waikás, conhecida como Tatuzão do Mutum, continua no topo do ranking da devastação. Em 2017, o local contava com uma estrutura até então inédita em terras indígenas de Roraima, com casas, mercearia, pontos de acesso à internet e cabeleireiros.

É possível avistar pela janela do avião que, mesmo a área já tendo sido alvo de operações do Exército, a atividade clandestina continua a funcionar com alojamentos instalados ao longo do leito do rio Uraricoera, mas também adentrando a mata. Waikás já teve cerca de 35% do total de suas terras degradadas.

A área fica a poucos minutos da comunidade Palimiu, onde aconteceram os primeiros ataques a tiros contra o povo Yanomami por garimpeiros ligados ao PCC, conforme noticiou em primeira mão a **Amazônia Real**. A sensação, mesmo do alto, é de destruição acelerada e de impotência. Como disse Kopenawa à reportagem: “nossos inimigos são muitos e nós somos poucos”.

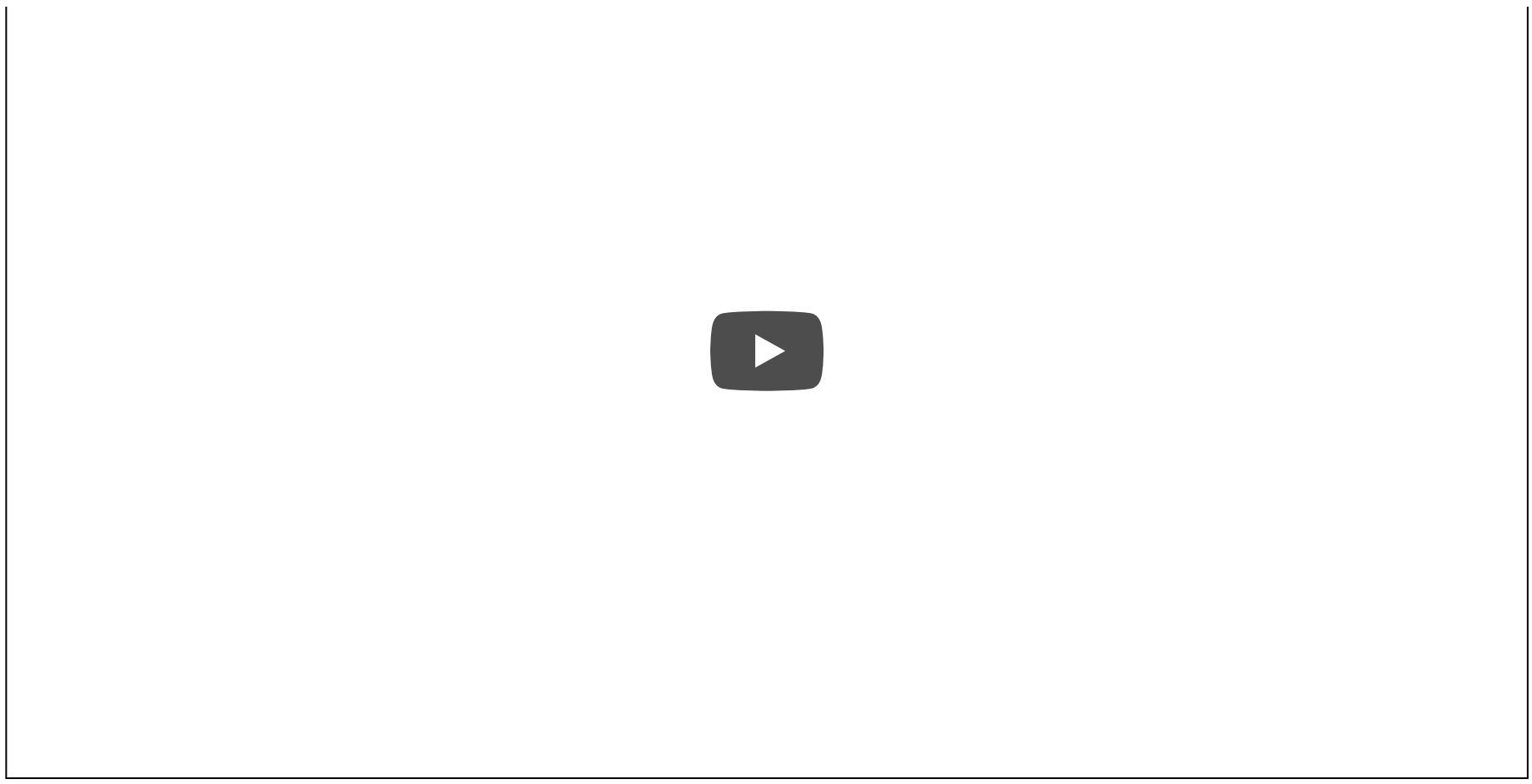
A liderança indígena, Davi Kopenawa Yanomami após entrevista na sede da Hutukara em Boa Vista (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

> Esse ouro é valioso para o povo da cidade. As pessoas usam no pescoço, no nariz, para ficarem bonitas e para fazerem casamento. Pra mim, é uma cultura diferente. Mas esse ouro é sujo, é ouro cheio de sangue do meu povo Yanomami. É ouro que mata a natureza, mata a vida da água, a água está tá morta. Eu não gosto de ver uma mulher, um homem, usando ouro cheio de sangue do meu povo Yanomami.
>
> ***DAVI KOPENAWA YANOMAMI***

[Leias as reportagens da série Ouro do Sangue Yanomami]

[Leia as reportagens em inglês]

Veja o vídeo



Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui.

CONTINUE LENDO

PCC se aproxima de garimpeiros para lavagem de recursos

R$ 200 mil por semana: quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo

Romero Jucá, o ‘maior inimigo’ dos Yanomami

‘Compro tudo’: ouro Yanomami é vendido livremente na Rua do Ouro

‘Projeto de mineração de Bolsonaro vai virar uma confusão’, diz memória-viva do garimpo no Brasil

HStern, Ourominas e D'Gold: as principais compradoras do ouro ilegal da TI Yanomami

Realização

Apoio

OURO DO SANGUE YANOMAMI

R$ 200 mil por semana: quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo

Com lucro milionário, responsáveis pelo transporte aéreo do ouro extraído ilegalmente se aproveitam da impunidade e da falta de fiscalização; essenciais para a atividade, pilotos de aeronaves têm relação com políticos e contratos com órgãos do governo (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Compartilhe:

Publicação
24/06/2021 09:05

Por Piero Locatelli e Guilherme Henrique, da Repórter Brasil

Não é apenas a venda do ouro arrancado ilegalmente da Terra Indígena Yanomami que enche o bolso dos que estão ligados ao garimpo. Pilotos e donos de aeronaves que fazem o transporte até a área também vêm enriquecendo, chegando a faturar R$ 200 mil por semana, segundo a Polícia Federal. São eles os responsáveis pela logística que sustenta a atividade garimpeira na TI, onde as pequenas aeronaves são o principal meio de acesso, já que o território indígena é distante de estradas e cortado por rios pouco navegáveis.

políticos e até mesmo por contratos com órgãos do governo. “Se estrangularmos a logística, o garimpo sofre um duro golpe”, afirma o procurador da República Alisson Marugal. “Mas a fiscalização, responsabilidade da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e da FAB (Força Aérea Brasileira), é muito frágil”.

Denúncias feitas pelo Ministério Público Federal com base em três grandes operações de órgãos investigadores na última década revelam o grande número de pessoas envolvidas na logística ao garimpo ilegal: dos 87 denunciados, pelo menos 8 atuavam como pilotos e outros 31 na “equipe de apoio”, trabalhando como operadores de rádios clandestinas e fornecedores de insumos.

Para entender como funciona essa rede milionária – que viabiliza a destruição do território, de famílias e do modo de vida Yanomami –, basta ver o caso de Valdir José do Nascimento, conhecido como Japão. Descrito pelo MPF como o “maior fomentador da atividade garimpeira ilícita na Terra Indígena Yanomami”, ele é dono de pelo menos três aeronaves que seriam fretadas para garimpeiros. A PF apurou com um funcionário de Nascimento que somente em uma semana iriam ser realizados mais de 20 fretes para o garimpo.

“Sabe-se que cada frete aéreo para o garimpo custa em média de 10 a 12 gramas de ouro (R$ 10 mil a 12 mil), assim somente em uma semana, a organização criminosa auferia lucro de cerca de R$ 200 mil”, aponta um dos inquéritos.

Uma agenda apreendida nas investigações mostra que Nascimento operou ao menos 221 fretes para outros contraventores. Fretes que serviam não somente para escoar o ouro, mas também para transportar trabalhadores, alimentos, combustíveis e instrumentos – fundamentais para a extração do metal. Armas e munição também eram enviados e vendidos por Nascimento a outros garimpeiros da área.

Sua frota de aviões, porém, é ainda maior do que aquela que aparece nos inquéritos. Atualmente há oito aeronaves registradas em seu nome, segundo registros da Anac: sete monomotores da norte-americana Cessna (que comportam até quatro passageiros) e um bimotor da Embraer (nove passageiros). Todos datam da década de 1970, sendo que quatro deles possuem restrições de voos determinadas pela Anac.

A atuação de Nascimento extrapolava a atividade envolvendo o frete de aeronaves no garimpo. Ele também possuía balsas destinadas à extração de ouro e comandava uma rede de garimpeiros, fornecedores de combustível, de armas e munição. Segundo o MPF, seu grupo “apresenta um completo domínio vertical da atividade de garimpo”, controlando inclusive a sua venda para intermediários em Boa Vista. Nascimento foi investigado na operação Xawara, a primeira do MPF a esmiuçar o garimpo na Terra Indígena, em 2012. Nascimento não respondeu às ligações da reportagem.

Aeroporto de apoio ao garimpo opera sem restrições

Aviões estacionados em garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (Foto: Christian Braga/Greenpeace)

A impunidade também permeia o trecho terrestre do apoio logístico, operado a partir da periferia de Boa Vista, onde fica o aeródromo Barra dos Ventos – principal ponto de partida e chegada dos voos com destino à TI. É lá que os proprietários abrigam as aeronaves e onde é feita a manutenção dos aviões e de onde partem os voos, segundo a Polícia Federal

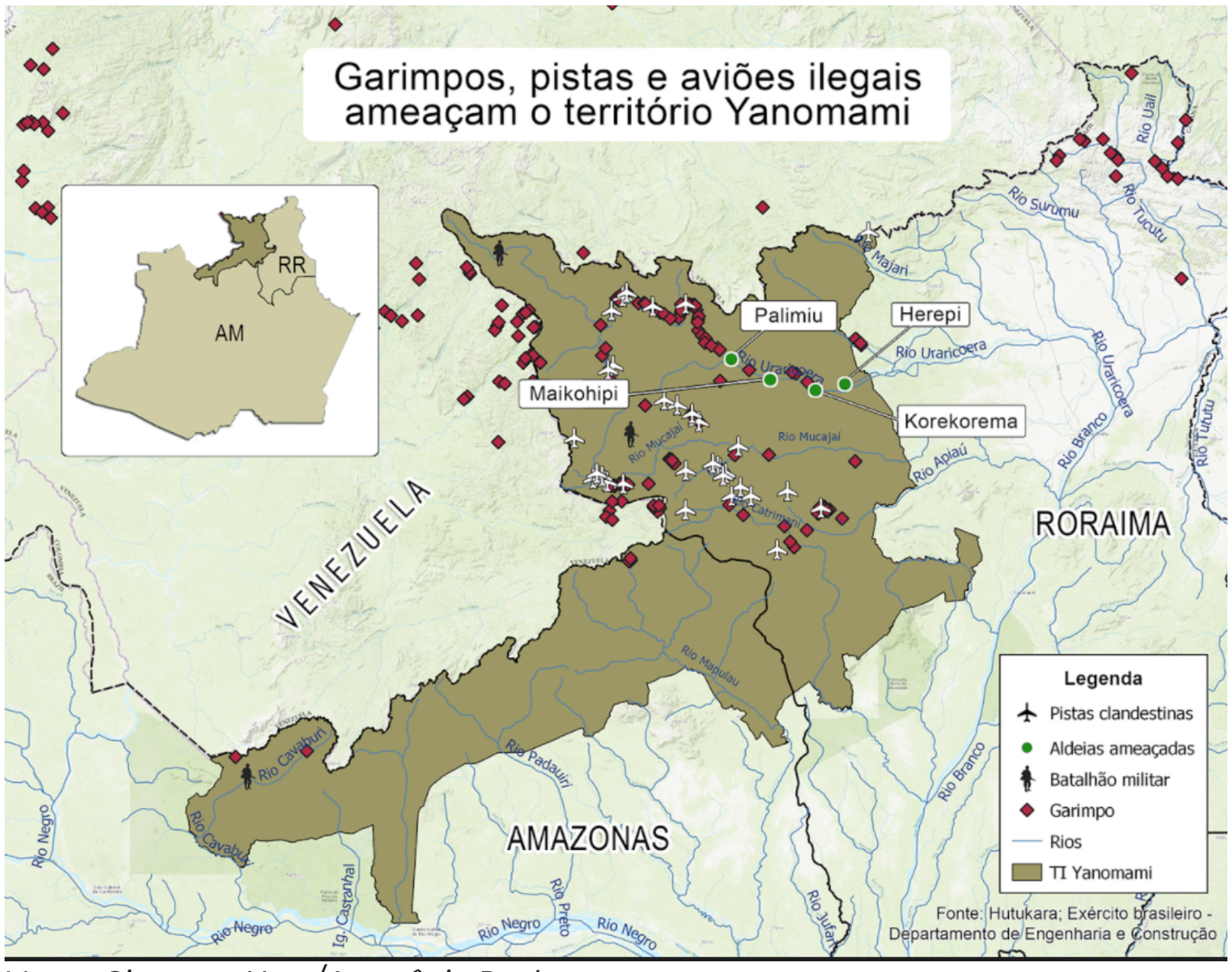
O aeroporto é controlado por Adão de Pinho Bezerra, cuja frota carrega, além de alimentação, combustível e maquinário, uma série de contravenções. Mesmo antes de suas aeronaves terem sido flagradas na logística do garimpo ilegal, Bezerra já havia sido denunciado pelo MPF-RR na operação Metástase por fraudes na contratação e licitação para táxis aéreos na Funasa, em 2007.

Apesar das constatações da Polícia Federal, o aeroporto segue funcionando, segundo a Anac. Continua aberto, inclusive para o tráfego aéreo rumo ao garimpo ilegal. A reportagem tentou contato com Bezerra por meio de seu advogado, mas não obteve retorno.

Casos como os de Nascimento e Bezerra deixam patente como as ações contra a logística do garimpo têm sido insuficientes. “Enfraquecer essa rede é um dos nossos pleitos mais fortes para acabar com garimpo ilegal,” diz o procurador Marugal. “A destruição das pistas, responsabilidade do Exército, da Polícia Federal e do Ibama, até acontece. Mas, pouco tempo depois, já há outra no lugar”.

Para evitar esse cenário, os Yanomami pedem, além de um controle do espaço aéreo da TI, o destacamento de agentes para impedir a abertura de novas pistas clandestinas – há atualmente 36 delas, usadas majoritariamente por garimpeiros. Em carta enviada à Polícia Federal, os indígenas afirmam que a simples destruição das pistas não é suficiente, e defendem que as aeronaves encontradas no garimpo sejam leiloadas, e até utilizadas pelo próprio governo na fiscalização da terra posteriormente.

“A ação de desativar as pistas custa muito caro para o poder público e pouco para os criminosos, que em duas semanas as refazem”, afirma a Associação do Povo Yekuana do Brasil. “É imprescindível que as aeronaves e outros bens como caminhões utilizados na prática do crime sejam alienados, eles



Mapa: *Giovanny Vera/Amazônia Real*

O geógrafo Estevão Benfica Senra e pesquisador da questão da exploração ilegal de ouro afirma que o "estrangulamento da logística" deveria ser uma prioridade no combate ao garimpo ilegal. Para Senra, o controle mais rígido passaria por dinamitar as pistas de pouso, a fiscalizar os aeródromos do estado e recadastrar e fiscalizar as aeronaves que passam no local.

"Com o estrangulamento, você criaria uma situação onde os próprios garimpeiros se voluntariam para sair da área", diz Senra. Segundo ele, ainda que ocontrole logístico não impedisse toda a atividade do garimpo no local, reduziria o problema a uma escala mais controlável. O especialista enfatiza que a solução do problema passaria pela ação conjunta de diferentes órgãos do poder público, como Anac, Funai, o Ministério da Defesa e a Agência Nacional de Mineração.

Procurada, a Funai afirmou que "reconhece a existência de pistas de pouso clandestinas localizadas em áreas indígenas, porém não pode afirmar com precisão esse número." A fundação também disse que "apoia o Ministério da Defesa e a Polícia Federal nas ações de fiscalização de aeródromos clandestinos no interior das Terras Indígenas". A Funai não respondeu a questionamentos sobre o número de operações e ações específicas com esse intuito.

A Anac afirmou que a agência "não conta com previsão legal que lhe confira poder para destruição ou interdição de pistas clandestinas". Segundo a Anac, "as possíveis infrações identificadas que não sejam de competência da Agência, são denunciadas ao Ministério Público e às autoridades policiais para que sejam adotadas as medidas cabíveis."

O Ministério da Defesa informou que "o Exército Brasileiro continua, atualmente, auxiliando a Funai na destruição de pistas clandestinas da TI Yanomami, quando solicitado por aquela Fundação." A pasta não informou mais detalhes do trabalho para coibir pistas clandestinas e aeronaves suspeitas.

Proximidade com políticos

Senador Chico Rodrigues vendeu aeronave, flagrada sobrevoando o território Yanomami, para o piloto Thiago Cappelle (Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado)

Inquéritos da Polícia Federal obtidos pela **Repórter Brasil** em parceria com a **Amazônia Real** por meio da Lei de Acesso à Informação revelam ainda a proximidade entre pilotos acusados de envolvimento com garimpeiros e políticos do Estado.

Os agentes federais, por meio de interceptações telefônicas, encontraram ligações do piloto Thiago Cappelle para o deputado estadual Marcelo Cabral (MDB) e para Guilherme Campos, filho da ex-governadora de Roraima Suely Campos (PP).

A assessoria de Cabral informou que o contato com o piloto "foi estritamente comercial". Segundo a nota enviada à reportagem, "o parlamentar precisou fazer voos em 2018, para cumprir compromissos de sua agenda em cidades e vilas interioranas distantes da capital, Boa Vista." A reportagem não conseguiu contato com Guilherme Campos.

Além disso, Cappelle adquiriu a aeronave de prefixo PT-KEM do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), que ficou famoso por ter sido pego pela Polícia Federal, em outubro do ano passado, tentando esconder R$ 33 mil na cueca, durante operação em sua casa, em Boa Vista.

Esta aeronave, por certo, tem história para contar. Como antecipou a Repórter Brasil em março, o senador foi proprietário deste avião entre 13 de junho de 2011 a 28 de fevereiro de 2018, de acordo com certidão da Anac. E esta aeronave entrou diversas vezes no território entre 2018 e 2019. Primeiro, sob propriedade do senador, que também foi governador de Roraima e, depois, sob comando de Cappelle.

Thiago

pelo MPF de Roraima em 2020 por organização criminosa (Reprodução Facebook)

Chico Rodrigues escapou da mira dos órgãos investigadores, mas o mesmo não se pode dizer sobre o seu sobrinho, Leonardo Rodrigues Moreira. Segundo inquérito, uma das investigadas deu depoimento à Polícia Federal afirmando que Leonardo, que foi vereador de Boa Vista entre 2016 e 2020, era dono de garimpo na terra indígena. Ele não chegou a ser denunciado pelo MPF.

O senador Chico Rodrigues afirmou à **Repórter Brasil**, em março, que "à época dos fatos narrados, já havia transferido a posse [do avião]", porém não enviou documentos que comprovassem a informação. Disse ainda, por meio de sua assessoria de imprensa, que no período em que de fato tinha a posse da aeronave, "não realizou qualquer voo em região de garimpo ilegal".

Contratos com o governo

Além da proximidade com políticos, pelo menos dois dos proprietários das aeronaves que sobrevoaram os garimpos têm contratos com órgãos do governo. Na prática, o dinheiro do contribuinte brasileiro termina remunerando quem atua e dá suporte logístico a garimpos ilegais.

Cappelle, denunciado pelo MPF de Roraima em 2020 por organização criminosa, é um desses casos. Documento obtido pela **Repórter Brasil** mostra que ele foi nomeado, em 2015, para cargo comissionado como piloto para a Casa Militar de Roraima. Procurados, Cappelle e a Secretaria de Segurança de Roraima não responderam aos e-mails da reportagem.

Indígenas e autoridades acreditam que é preciso 'estrangular' a logística do transporte aéreo ilegal na Terra Indígena Yanomami para, assim, enfraquecer o garimpo (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Outro proprietário de uma aeronave flagrada pelos indígenas sobrevoando áreas de garimpo é **Rodrigo Martins de Mello,** dono das empresas Voare e Icaraí Turismo Taxi Aéreo. Um levantamento dos indígenas aponta que um helicóptero de Mello realizava voos diários para a região de garimpo.

sendo que R$ 17 milhões foram no governo Jair Bolsonaro, segundo o jornal *O Globo*.

No ano passado, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) abriu um processo para apurar possíveis irregularidades cometidas pela Icaraí Turismo Táxi Aéreo. Desde 17 de junho de 2020, a empresa está proibida de operar, por decisão da Anac, e mesmo assim a companhia seguiu transportando indígenas e equipes dos Dseis, segundo denúncia de O Globo.

O Ministério da Saúde afirmou que "todos os contratos seguem rigorosamente a legislação e eventuais irregularidades devem ser investigadas pelas autoridades policiais." Já a Icaraí Turismo Taxi Aéreo não respondeu à reportagem.

A suspeita da Polícia Federal e do MPF é a de que as aeronaves de Mello sejam fornecedoras do esquema de Pedro Emiliano Garcia, o Pedro Prancheta, condenado por genocídio de Yanomami na década de 1990 e que, segundo acusação do MPF, continua operando nos garimpos ilegais. Prancheta foi acusado pelo MPF em três denúncias sobre o garimpo ilegal na TI, por organização criminosa, dano ambiental, usurpação de recursos da união e comunicação clandestina.

Pista de pouso do posto de saúde Kayanau na Terra Indígena Yanomami
(Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Leia também: O minerador Zé Altino relembra as invasões na TI Yanomami desde os anos 1970

Leias as reportagens da série Ouro do Sangue Yanomami

Leia as reportagens em inglês

Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui.

Céu sem lei é controlado por garimpeiros

PCC se aproxima de garimpeiros para lavagem de recursos

Romero Jucá, o 'maior inimigo' dos Yanomami

'Compro tudo': ouro Yanomami é vendido livremente na Rua do Ouro

OURO DO SANGUE YANOMAMI

‘Projeto de mineração de Bolsonaro vai virar uma confusão’, diz memória-viva do garimpo no Brasil

HStern, Ourominas e D’Gold: as principais compradoras do ouro ilegal da TI Yanomami

Realização

Apoio

Equipes da série Ouro do Sangue Yanomami

Amazônia Real: Kátia Brasil (editora-executiva); Eduardo Nunomura (editor de especiais); Alberto César Araújo (editor de fotografia); Elaíze Farias (editora de conteúdo); Maria Fernanda Ribeiro, Clara Britto e Alicia Lobato (repórteres); Bruno Kelly (fotografia do sobrevoo) e Paulo Dessana (fotografia); Lívia Lemos (mídias sociais); Maria Cecília Costa (assistente executiva); Giovanny Vera (mapa); César Nogueira (montagem); Cajuldeas (desenvolvimento do site); e Ana Cecilia Maranhão Godoy (tradutora).

Repórter Brasil: Ana Magalhães (coordenadora de jornalismo); Mariana Della Barba (editora); Mayra Sartorato (editora de redes sociais); Piero Locatelli e Guilherme Henrique (repórteres); e Joyce Cardoso (estagiária).

‘Compro tudo’: ouro Yanomami é vendido livremente na Rua do Ouro

Flagramos aquisição ilegal do metal nas pequenas lojas da Rua do Ouro, que se espalham por outras áreas da cidade. Entre os clientes, tem até uma funcionária da saúde indígena. Na imagem, fachada da Joalheria Opalo, onde uma agente de saúde indigena da Sesai foi flagrada vendendo ouro de garimpo (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real).

Compartilhe:

Publicação
24/06/2021 09:03

Por Maria Fernanda Ribeiro e Clara Britto, da Amazônia Real

Na capital de Roraima, Boa Vista, parte do ouro extraído ilegalmente na TI Yanomami circula livremente por entre dezenas de joalherias. Um tradicional centro desses pequenos comércios é a chamada Rua do Ouro, onde muitos garimpeiros vão vender o que extraíram. O clima é de poucos amigos e escassos clientes. Mas bastaram três dias para a reportagem da **Amazônia Real** flagrar a compra e a venda de ouro ilegal proveniente do garimpo.

Já era quase o fim do horário comercial, numa tarde de abril, quando a reportagem foi convidada pela atendente a entrar na loja Opalo, na avenida Benjamin Constant. A vendedora, que não sabia que estava diante de uma jornalista, fez o convite após confirmar que ali são vendidos brincos de ouro.

garantia e certificado. Sem vitrine ou joias expostas, o interior do estabelecimento remete a um modesto escritório, distante de qualquer ostentação.

Enquanto a reportagem se informava sobre o preço e as formas de pagamento, um homem entrou no local e perguntou se o estabelecimento comprava "ouro do garimpo". O proprietário respondeu de maneira afirmativa. Não dava para identificar se se tratava de garimpeiro, dono de garimpo ou um atravessador. Ele chegou de moto, vestia bermuda jeans e sandália.

Poucos minutos depois, ainda dentro da loja Opalo, uma mulher, vestindo uma máscara de proteção com o logotipo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), entrou e fez a mesma pergunta. O lojista Suarez voltou a confirmar que "comprava tudo." A porta continuava trancada. Deixamos o estabelecimento, mas continuamos a acompanhar a movimentação pelo lado de fora.

A mulher, identificada como sendo a fisioterapeuta Thatyana Almeida, deixou o carro ligado, com os faróis acesos e sem estacionar – distante da guia – enquanto permanecia na loja Opalo. Instantes depois, ela saiu da joalheria, pegou um pacote no porta-luvas e entrou novamente. A reportagem identificou a funcionária da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, por meio da placa do carro em que ela chegou dirigindo, uma Corolla preto placa NOY-1G90 registrado no nome de um familiar dela. O mesmo veículo aparece em uma postagem na rede social de Thatyana em 23 de dezembro de 2020.

Numa rede social, a fisioterapeuta informa que trabalha como enfermeira na Sesai desde 2016. Em postagem de 12 de abril, ela aparece em fotos com os Yanomami aplicando vacinas, com a legenda "15 dias de missão, só tenho a agradecer a Deus pelo meu trabalho realizado com êxito e sempre cuidando e fazendo o meu melhor para aqueles que mas (sic) necessitam o povo indígena. Povo Yanomami".

Thatyana Almeida em imagem da sua rede social aplicando vacinação nos indígenas (Foto: reprodução Facebook)

vacina estariam sendo vendidas a garimpeiros em troca de ouro. A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas também denunciou o caso para a CPI da Covid.

Thatyana Almeida foi procurada pela reportagem por telefone e pela rede social. O telefone dela caiu na caixa postal durante os três dias em que a reportagem tentou contato. Após envio de mensagem pela rede social por mensagem particular, ela apagou o perfil. A reportagem também enviou mensagem pelo Whatsapp, mas não obteve resposta.

O Ministério da Saúde informou, via assessoria de imprensa, que vai apurar o caso e está à disposição das autoridades para prestar todas as informações necessárias.

Sobre as investigações de troca de vacina por ouro denunciada pela Associação Hutukara, o Ministério Público Federal informou que o órgão "oficiou os Dseis (Distrito Sanitário Especial Indígena), fizemos reunião com os órgãos envolvidos e marcamos outra reunião para o dia 28 de junho para tratar destas questões na TI".

Willians Suarez, da joalheria Opalo, foi procurado por telefone, mas não foi encontrado. Ele também não respondeu à mensagem enviada para o seu perfil na rede social.

As empresas da Rua do Ouro

Rua do Ouro em Boa Vista (Imagem: Google Street View)

A Rua do Ouro foi estabelecida no auge do garimpo, nos anos de 1980 e 1990, quando se chegou a ter mais de 40 mil garimpeiros ilegais na terra indígena. O negócio prosperou e a rua se expandiu para outras três vias: a avenida Benjamin Constant e as ruas Cecília Brasil e Araújo Filho, localizadas no centro de Boa Vista. A reportagem contou 39 lojas de venda de joias e compra de ouro abertas nesses endereços, mas algumas não têm fachadas, o que não permite a identificação dos proprietários no cadastro da Receita Federal. Apenas 19 lojas têm CNPJs ativos junto ao órgão. Dessas, ao menos oito joalherias e 14 empresários ou funcionários foram investigados pela Polícia Federal por envolvimento direto na compra de ouro dos garimpos ilegais de Roraima.

Em 1989, a Rua do Ouro saiu nas páginas do jornal *The New York Times* como um centro de circulação do minério vindo da área indígena Yanomami. Hoje, a via ainda reúne as mesmas fileiras de lojinhas coladas umas às outras, ainda que muitos empresários estejam migrando seus negócios para outras

As empresas da Rua do Ouro estão há anos na mira da Polícia Federal (PF), conforme mostram relatórios das três principais operações realizadas contra o garimpo na Terra Yanomami desde 2012. Nesse período foram investigadas e denunciadas à Justiça as joalherias: Du Ouro, Naza Joias, Gold Joias, Safira, Aliança, Guimarães Ouro, Ouro Mil e Princesse Joias.

Os nomes não deixam dúvidas, mas pelas fachadas com letreiros simplórios dessas e de outras empresas que funcionam lá – muitos pintados à mão – um visitante desavisado poderia nem perceber que ali também há um forte comércio de compra e venda de ouro e joias. Hoje praticamente não há vitrines com peças à mostra e a maioria das lojas parece estar fechada. Em horário comercial, quase sempre há homens, sozinhos ou em grupo, fazendo a vigilância na entrada dos estabelecimentos.

A ode ao garimpo

Manifestação de garimpeiros e apoiadores da mineração em terras indígenas no Centro Cívico de Boa Vista (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

A Rua do Ouro surgiu em local privilegiado do centro de Boa Vista, a poucos metros da Praça do Centro Cívico, onde fica o Palácio Senador Hélio Campos, sede oficial do poder executivo estadual, atualmente governado por Antonio Denarium (sem partido), aliado do presidente da República Jair Bolsonaro.

É bem no centro da Praça do Centro Cívico que foi construído na década de 1960 o Monumento ao Garimpeiro, uma estátua de argamassa de borracha e alumínio com mais de sete metros de altura cravada sobre um espelho d'água. A escultura de um homem garimpando com sua bateia, um

1970 a 1974.

O objetivo era estabelecer um símbolo do que o poder central planejava para o adensamento populacional da região, já proclamada como muito rica em minério, mas à espera de mão de obra para explorá-la. Antes do ouro, Roraima explorava o diamante, na divisa com a Guiana, ainda no governo de Getúlio Vargas.

Foi na frente do Monumento ao Garimpeiro que, em 27 de abril de 2021, dias antes de os garimpeiros iniciarem uma série de ataques a tiros contra indígenas e agentes públicos de segurança na comunidade Yanomami de Palimiu, "empreendedores dos garimpos" saíram às ruas para reivindicar a legalização da atividade.

Do alto de um carro de som, os manifestantes garantem não temer os órgãos fiscalizadores ou as autoridades e convocaram os presentes para protestar na sede do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) contra as apreensões de maquinários. "Queremos o mesmo respeito de um traficante de drogas do Rio de Janeiro", bravou um dos presentes no carro de som. Eles sabem que parte da população de Roraima apoia a atividade criminosa de extração do ouro em terras indígenas.

Lojas de fachada

Fachadas de onde consta o endereço oficial da Gold Joias em Boa Vista (Imagem: Google Street View)

Alguns estabelecimentos ligados ao comércio de ouro permanecem ativos na Receita Federal, mas "inexistentes" na vida real; portanto, sem uma loja aberta ao público. Elas foram citadas nas operações da PF por comercializarem o ouro de sangue dos Yanomami. Faz parte dessa leva a joalheria Gold Joias, acusada na operação Warari Koxi de integrar um esquema de envio de ouro ilegal para a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) Ourominas, em São Paulo.

Um ourives que por mais de uma década atuou em joalherias na Rua do Ouro e redondezas, e cuja identidade será preservada, disse à reportagem da **Amazônia Real** que na maior parte das lojas as poucas joias à mostra nas raras vitrines são apenas um disfarce. O verdadeiro negócio, a compra e

"Mas é 1% do ouro que fica no comércio daqui. O ouro já sai de lá, do garimpo, com destino próprio. O que os garimpeiros e compradores fazem? Eles pegam o saldo da semana ou do mês, embrulham e entregam para um piloto trazer para a cidade. Eu já vi muito disso, o piloto chegar com 10 pacotinhos de ouro, colocar na minha mesa e falar 'Isso aqui é de Fulano, de Sicrano. Tá aqui a lista, os contatos, para quem tem de vender e para quem tem de depositar' ", disse o ourives.

Intermediários e atravessadores

Segundo essa fonte, boa parte dos proprietários das joalherias envolvidas no esquema do ouro ilegal é apenas um nome no papel, um preposto ou um laranja. Os verdadeiros donos são investidores baseados nas regiões Sul e Sudeste do País. Ele disse ainda que há compradores de fora que vão de avião ou helicóptero e descem direto nos garimpos, alguns com seguranças armados, para comprar ouro direto dos garimpeiros – e assim pagar menos. Outros viajam só até Boa Vista, onde contam com a rede de intermediários e joalheiros.

> Quando um empresário vai para a pista ou manda alguém lá no garimpo, ele já compra o ouro e dá o destino dele. Mas quando são os garimpeiros que vêm para a cidade, primeiro eles vendem para os empresários locais, que depois vendem para fora. E às vezes acontece de o empresário não querer ir para a pista, lá dentro do garimpo, porque acha muito perigoso, então ele vem em Boa Vista.
>
> ***OURIVES***

Nessas situações, o detentor do metal precioso começa a fazer contatos, alicia ourives, outros empresários, monta uma compra de ouro e injeta o dinheiro dele. "Então, é assim, ali, na joalheria, é só fachada, aquela pessoa é só laranja, porque o dono da grana mesmo é um grande investidor de fora."

Na mira da PF

Rua do Ouro em Boa Vista (Imagem: Google Street View)

Em outra loja da Rua do Ouro, a Princesse, a proprietária do local, Soraya Naim Sajim, contou que era muito comum pessoas aparecerem tentando vender ouro do garimpo. Trata-se de uma movimentação quase diária, mas ela negou que ali a transação fosse realizada. A Princess já caiu na mira da PF e foi investigada por estar de posse de diamantes sem comprovação de origem. No estabelecimento, foram encontradas 18 pedras brutas de diamantes em 7 de maio de 2015, durante cumprimento de mandado de busca e apreensão.

Por telefone, Soraya disse ainda à reportagem que a joalheria trabalha somente com joias já fabricadas em São Paulo e Minas Gerais. Também afirmou que o diamante encontrado pela polícia "estava jogado dentro do cofre, há muitos anos. Não tinha valor comercial. A gente conseguiu mostrar isso pra eles (PF). Era a chamada (pedra) industrial, não se lapida". "A gente nunca trabalhou com coisas ilegais".

Já na Joalheria Aliança, de propriedade de Jackson Gomes Lima, também alvo da PF em 2015 por comprar ouro ilegal da TI Yanomami, no ano de 2015, a informação fornecida por uma das atendentes foi de que toda a joia vendida vem de ouro de sucata. Ou seja, viria daquele pingente, corrente e brinco antigo que já não se quer mais.

Por telefone, Jackson Lima, também negou comprar ouro de garimpo. "Aqui ninguém compra de garimpo Yanomami. A gente trabalha com sucata. Com produtos comprados de leilão da Caixa. Não sei por que a nossa loja foi mencionada pela PF", disse à reportagem.

Algumas lojas da Rua do Ouro formam uma rede composta por sete joalherias localizadas nas redondezas e são ligadas a uma única família: os Venâncio, vindos do município de Pauini, no Amazonas.

Um dos empresários é José Raimundo de Castro Venâncio, proprietário da joalheria Ouro Mil. Ele foi alvo da PF ainda em 2015 na operação Warari Koxi, que mirou em joalherias e DTVMs envolvidas na compra e venda de ouro ilegal da TI Yanomami. As DTVMs são empresas do sistema financeiro autorizadas pelo Banco Central a comercializarem o metal localizadas na Avenida Paulista, na capital de São Paulo. No curso da investigação, ele prestou depoimento e confirmou já ter comprado ouro de garimpo, e ter feito negociações com a DTVM Ourominas de 1988 a 1990. Por dois dias, a reportagem tentou contato com a joalheria Ouro Mil por meio do telefone registrado na Receita Federal, mas as ligações não foram atendidas.

Em maio de 2015, a PF esteve na Ouro Mil e apreendeu 22 gramas de ouro bruto oriundo da terra indígena. A empresa é a mais antiga da família e foi registrada na Receita Federal ainda em 1990. Em 2004, Venâncio fracassou na sua tentativa de se eleger vereador de Boa Vista pelo PPS. Na prestação de contas ao TSE, curiosamente o comerciante de ouro não declarou bem algum.

Joalherias na Rua do Ouro, em Boa Vista (Google Street View)

Outro ponto que chama a atenção são as constantes mudanças nas fachadas e endereços das lojas da região da Rua do Ouro. A Safira Joias, denunciada nas operações Xawara e Warari Koxi, ainda consta como ativa na Receita Federal, mas em sua fachada atualmente tem outro nome: "Caraúbas Joias". A reportagem não localizou o CNPJ desse estabelecimento na Receita, e nem em mecanismos de buscas na internet. A Safira Joias também é arrolada no inquérito da operação Tori, deflagrada em 2017.

Naquele ano, um relatório da PF apontou a informação de que um dos sócios da joalheria à época, além de comprar ouro ilegal da TI Yanomami também emprestava dinheiro para pelo menos três donos de aeronaves comprarem mantimentos para garimpeiros que estivessem agindo em campo. A lista de pedidos feitos pelos garimpeiros era passada por radiofonia a uma central ilegal em Boa Vista, onde as compras eram feitas e depois enviadas. Nessas negociações, o dinheiro emprestado pelo empresário aos donos de aeronaves era descontado de futuros fretes para transporte de ouro, segundo a polícia. A reportagem tentou contato por telefone com a joalheria Safira através do número registrado junto à Receita Federal, mas as ligações não foram atendidas.

Fachada da loja 759 na Rua do Ouro que é investigada pela PF por compra de ouro de garimpo ilegal (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

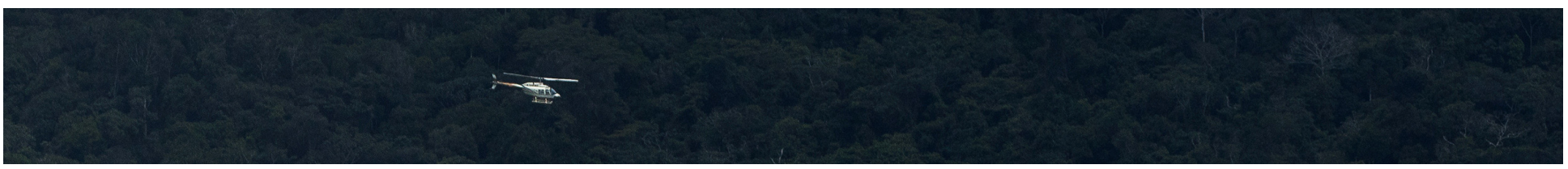
Leia as reportagens em inglês

Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui.

CONTINUE LENDO

Céu sem lei é controlado por garimpeiros

PCC se aproxima de garimpeiros para lavagem de recursos



R$ 200 mil por semana: quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo

Romero Jucá, o 'maior inimigo' dos Yanomami

‘Projeto de mineração de Bolsonaro vai virar uma confusão’, diz memória-viva do garimpo no Brasil

HStern, Ourominas e D’Gold: as principais compradoras do ouro ilegal da TI Yanomami

Apoio

Equipes da série Ouro do Sangue Yanomami

Amazônia Real: Kátia Brasil (editora-executiva); Eduardo Nunomura (editor de especiais); Alberto César Araújo (editor de fotografia); Elaíze Farias (editora de conteúdo); Maria Fernanda Ribeiro, Clara Britto e Alicia Lobato (repórteres); Bruno Kelly (fotografia do sobrevoo) e Paulo Dessana (fotografia); Lívia Lemos (mídias sociais); Maria Cecília Costa (assistente executiva); Giovanny Vera (mapa); César Nogueira (montagem); CajuIdeas (desenvolvimento do site); e Ana Cecilia Maranhão Godoy (tradutora).

Repórter Brasil: Ana Magalhães (coordenadora de jornalismo); Mariana Della Barba (editora); Mayra Sartorato (editora de redes sociais); Piero Locatelli e Guilherme Henrique (repórteres); e Joyce Cardoso (estagiária).

HStern, Ourominas e D'Gold: as principais compradoras do ouro ilegal da TI Yanomami

Inquéritos da Polícia Federal revelam como funciona o esquema de lavagem do metal, que inclui atravessadores, lucrativas empresas do setor financeiro e marcas internacionais. Legislação protege compradores, o que dificulta o combate ao garimpo ilegal. (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Compartilhe:

Publicação
24/06/2021 09:01

Por Guilherme Henrique e Ana Magalhães*, da Repórter Brasil

Ao embarcar em um ônibus comercial em Boa Vista, Roraima, rumo a Manaus, no Amazonas, Raimundo não fazia ideia de que estava sendo aguardado por agentes da Polícia Federal na rodoviária. Quando chegou a seu destino, foi surpreendido pelos policiais, que o investigavam por conta de uma denúncia de tráfico de cocaína.

A droga não foi encontrada com Raimundo, mas ele carregava consigo duas barras de ouro com peso aproximado de 800 gramas, retirados da Terra Indígena Yanomami – fruto de uma extração ilegal, segundo a legislação

Ourominas em Manaus.

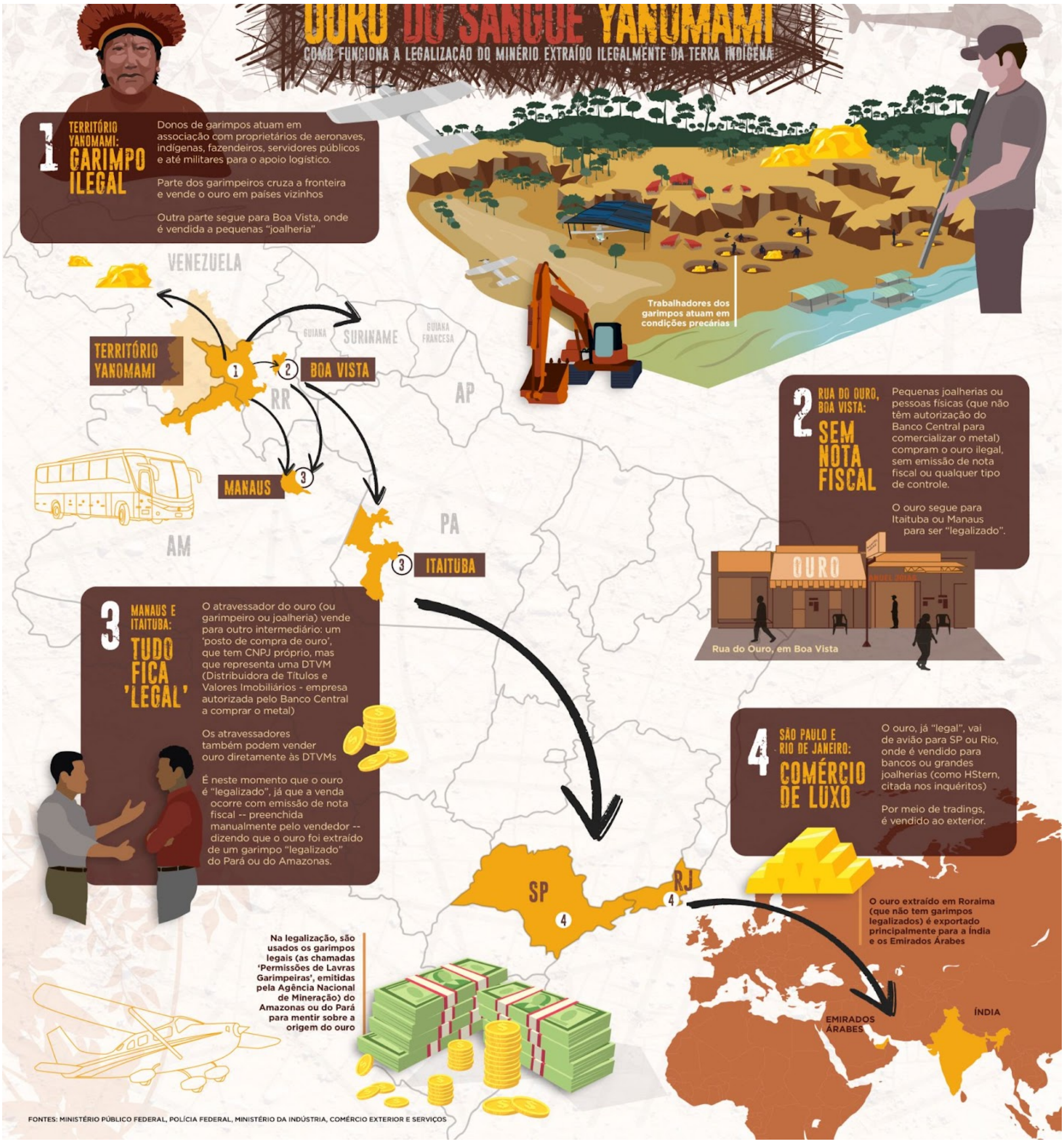
Loja HStern no Manauara Shopping, em Manaus (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Antes desse flagrante, que ocorreu em abril de 2015, a Ourominas e seu representante, Paulo Clemente, já estavam na mira dos policiais. Ele fora citado por um atravessador de ouro que, ao ser abordado por policiais militares em uma viagem de ônibus na divisa entre Roraima e Amazonas, afirmou que os R$ 90 mil em dinheiro que carregava – parte do valor alojado na cueca – eram fruto da venda de 1 quilo do metal para o funcionário da Ourominas.

Raimundo e o atravessador pego com dinheiro nas partes íntimas foram a Manaus como funcionários da empresa Gold Joias, uma das dezenas que adquire e comercializa ouro extraído da TI Yanomami na chamada Rua do Ouro, em Boa Vista. Conversas telefônicas mostram intensas negociações entre Paulo Clemente, da Ourominas, e os donos da Gold Joias: Andreia Cavalcanti Lima e Manoel Pereira Souza Neto. Todos foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2017 e respondem na Justiça por crime contra a ordem econômica. A loja segue funcionando normalmente. A Ourominas, idem.

Leia a reportagem sobre a rua do Ouro, em Boa Vista

Inquéritos da Polícia Federal obtidos pela **Repórter Brasil** por meio da Lei de Acesso à Informação revelam algumas das diversas empresas envolvidas na compra do ouro que sai da TI Yanomami. Somados, os inquéritos acumulam mais de 5 mil páginas reveladoras sobre como a comercialização do metal ganha um verniz de legalidade, mesmo tendo uma origem ilegal.



Crédito: Shake Conteúdo Visual

Há tanto pequenas lojas de ouro, como a Gold Joias, a DU Gold, Naza Joias e Itaituba Metais, quanto empresas maiores, com sede em São Paulo e no Rio, envolvidas no esquema. Além da Ourominas, são suspeitas de irregularidades a Dillon, a Carol, a FD'Gold e a Coluna, as chamadas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) – empresas pertencentes ao sistema financeiro e que têm autorização do Banco Central para aquisição do metal. Uma grande joalheria, a HStern, também foi mencionada em pelo menos dois momentos nas investigações dos delegados federais.

Os documentos também lançam luz sobre como funciona o esquema clandestino. Primeiro, parte do ouro extraído ilegalmente dos Yanomami vai diretamente aos países vizinhos (Venezuela, Suriname e Guiana Francesa) para ser vendido. Outra parte segue para Boa Vista, onde é comprado pelas pequenas joalherias da Rua do Ouro – mesmo sem terem a permissão do Banco Central para a aquisição do metal.

palavras do procurador do MPF em Itaituba, Paulo de Tarso. O atravessador, ao vender para uma DTVM, preenche, manualmente, uma nota fiscal declarando que aquele ouro saiu de um garimpo legalizado – as chamadas Permissões de Lavras Garimpeiras, autorizadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Como não há garimpos legais em Roraima, atravessadores declaram que o ouro da TI Yanomami saiu de garimpos do Pará e do Amazonas.

Com a nota fiscal em mãos, com uma origem falsa, as DTVMs já estão de posse de um ouro "legalizado". A partir daí, ele é comercializado livremente – vendido tanto para instituições financeiras quanto grandes joalherias, nacionais e estrangeiras.

Essas cinco DTVMs aparecem, em diferentes contextos, nos documentos da PF que foram fruto de três grandes operações conjuntas de combate ao ao garimpo ilegal de extração de ouro da TI Yanomami: Xawara (2012), Koxi (2015) e Tori (2017), também usadas como base para acusações do Ministério Público. A investigação inédita da **Repórter Brasil** mostra que o ouro com sangue Yanomami circula livremente, beneficiado pela frágil legislação que regulamenta o setor.

Grande área de garimpo com dezenas de barracos na região do rio Uraricoera na TI Yanomami (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

A Lei 12.844/2013, que regula a compra, venda e o transporte do ouro no país, afirma que a venda do metal acontece a partir da boa fé do vendedor – isentando, desta forma, qualquer responsabilidade dos compradores. Além disso, a informação sobre a origem do ouro é autodeclaratória (pelo vendedor), no momento do preenchimento da nota fiscal, o que torna o esquema fácil de ser fraudado.

"A justificativa dos compradores de ouro [sobre a sua inocência] acontece por conta disso [da lei], a responsabilidade é imputada a quem está vendendo", afirma o procurador da República Paulo de Tarso. "O dono de uma DTVM que compra ouro pode adquirir esse metal de origem ilegal porque ele tem a boa fé presumida, e a responsabilidade de dizer de onde vem o ouro é do vendedor. Resumindo: uma empresa como a Ourominas é a compradora e quem vendeu foi quem mentiu, segundo a legislação", conclui.

a emissão de licenças ambientais (municipais e estaduais) para os garimpos (atividade considerada, por lei, como de baixo impacto) e o fato de o Banco Central fiscalizar apenas as DTVMs (o que exclui as pequenas empresas intermediárias). "Temos uma legislação muito truncada", critica o procurador em entrevista à **Repórter Brasil.**

Na chamada Rua do Ouro, em Boa Vista, a Gold Joias é uma das dezenas de lojas que comercializa ouro extraído ilegalmente da TI Yanomami (Imagem: Google Street View)

Pelo menos 49 toneladas de ouro ilegal do país foram "esquentadas" de 2019 a 2020, ou seja, tiveram sua origem acobertada e foram introduzidas no comércio como produto legal, de acordo com estudo da Universidade Federal de Minas Gerais feito a pedido do MPF. Essa lavagem do metal gerou um prejuízo socioambiental no valor de R$ 9,8 bilhões para a Amazônia, segundo os pesquisadores.

As menções à HStern

Considerada uma das maiores joalherias do mundo, a HStern é citada por Paulo Clemente, da Ourominas, em uma conversa interceptada pela PF. A empresa fundada no Rio de Janeiro em 1945 e que hoje mantém lojas em Nova York, Moscou e Londres, é conhecida por produzir peças luxuosas, já usadas por Angelina Jolie e Beyoncé. Anéis em ouro da marca chegam a custar R$ 29 mil. Mas parte dessa produção da Hstern tem lastros com o metal extraído da TI Yanomami.

Em uma conversa ocorrida em abril de 2015, gravada pelos policiais, Paulo Clemente pede a Andreia Cavalcanti Lima, proprietária da Gold Joias, de Boa Vista, que separe 5 quilos de ouro para uma viagem a São Paulo a ser feita proximamente. Nessa viagem, Paulo Clemente afirma estar agendada uma reunião "com o pessoal da HStern", sem especificar com quem seria o encontro.

Trechos de inquéritos da Polícia Federal que citam as investigações sobre a HStern

Em outra evidência, o sócio e fundador da Ourominas, Juarez de Oliveira Filho, também cita a HStern em um depoimento que deu aos investigadores. Quando questionado pela PF se negociava ouro com a joalheria, ele não negou, dizendo apenas que "vendia muito pouco" à empresa.

Apesar da conversa gravada, Paulo Clemente disse à PF não se recordar do diálogo com Andréia e que tampouco conhecia representantes da HStern. Nenhum funcionário da H.Stern foi ouvido pela PF ao longo do inquérito policial.

Questionada sobre as negociações com a HStern, a Ourominas informou que "as informações comerciais são resguardadas pelo sigilo fiscal e bancário". A HStern não respondeu os insistentes contatos, por e-mail e telefone, feitos pela **Repórter Brasil**.

O lobista milionário

Se, por um lado, o ouro ilegal extraído de terras indígenas pode estar nas vitrines de uma luxuosa loja de joias, por outro, está enriquecendo diferentes atores envolvidos no esquema. Um dos principais núcleos seriam as DTVMs. A **Repórter Brasil** analisou os balanços financeiros de três DTVMs que já

O seu dono, Dirceu Frederico Sobrinho, também é proprietário de uma pequena fortuna fruto de décadas de atuação em garimpos. Em 2018, ele foi candidato a 1º suplente do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), declarando ter patrimônio no valor de R$ 20,3 milhões. Além de apartamentos em São Paulo e fazendas no Pará, seus bens incluem uma retroescavadeira (com valor declarado de R$ 450 mil) e 50% das cotas da F.D' Gold, com valor de R$ 2 milhões.

Edifício Barão do Serro Azul, na Avenida Paulista, onde fica a sede da F.D'Gold; empresa foi a que teve maior rentabilidade em 2020 entre as três DTVMs investigadas (Imagem: Google Street View)

Além da F.D' Gold, Dirceu Sobrinho é dono da D'Gold e da Mineradora Ouro Roxo. Ele também tem 32 permissões de lavra garimpeira, sendo 29 em Itaituba e outras três em Jacareacanga, no Pará, obtidas entre 1995 e 2007. A cidade paraense tem sido alvo de ações do garimpo ilegal nas Terras Indígenas Munduruku, como tem noticiado a **Amazônia Real**.

"Dirceu controla quase toda a cadeia, já que é dono de garimpo, dono de lojinhas compradoras e dono de uma das maiores DTVMs do país", afirmou uma fonte que preferiu não se identificar.

Desde 2013, Sobrinho preside a Anoro (Associação Nacional do Ouro), entidade que congrega empresas filiadas do setor e uma das mais atuantes quando o assunto é a liberação do garimpo em terras indígenas.

O empresário tem bom trânsito entre representantes do primeiro escalão do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Ele esteve com o vice-presidente Hamilton Mourão em julho de 2019 para defender o garimpo em terras indígenas. A visita a membros do Palácio do Planalto se repetiu dois meses depois, em encontro com Onyx Lorenzoni (Secretaria-Geral), Ricardo Salles (então ministro do Meio Ambiente) e o general da reserva Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), como revelou a revista Época.

"Dono da F.D'Gold DTVM, a terceira maior arrecadadora de CFEM [imposto] sobre a exploração de ouro nos primeiros quatro meses de 2020 em todo o país, o presidente da Anoro está à frente do principal lobby para a legalização dos garimpos, atividade que conhece desde os anos 1980", afirma estudo do

A legislação brasileira proíbe a exploração mineral em áreas indígenas, mas inquéritos da PF investigando apenas o garimpo na TI Yanomami somam mais de 5 mil páginas (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Sobrinho, que já foi secretário de Meio Ambiente de Itaituba, é réu na Justiça por danos ambientais na Área de Proteção Ambiental do Tapajós, nos municípios paraenses de Jacareacanga e Itaituba.

No processo que respondia por "crimes de lavagem ou ocultação de bens", o lobista conseguiu um habeas corpus, em 2019, para arquivar investigação da PF sobre movimentações financeiras atípicas detectadas pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) nas contas da F.D' Gold entre 2013 e 2014.

"Há uma dificuldade para se produzir provas [para incriminar os compradores ilegais]", lamenta Larissa Rodrigues, gerente de projetos do Instituto Escolhas. "A Polícia Federal chega em uma lojinha em Itaituba, que sabe que tem fraude, mas encontra um calhamaço de papel, com vários números de Permissão de Lavra Garimpeira. Você teria que fazer uma fiscalização em todas elas para produzir provas, só que o ouro está vindo de outro lugar. Sem rastreabilidade do ouro, que hoje não existe, não tem o que fazer".

A especialista afirma ainda que, muitas vezes, os donos de garimpos legais incentivam a exploração do metal em áreas proibidas para "lavar o ouro" – e garantir seus gramas no bolso. "É parecido com o que acontece com a soja e com o gado. Você mistura a soja ou o gado produzidos na área ilegal, mistura com os da legal e já não se sabe quem é quem".

A pesquisadora destaca ainda a facilidade de transportar o metal e sua valorização nos últimos anos, o que incentiva o atividade ilegal. "Se com tora de madeira, daquele tamanho, tem fraude, imagina com o ouro, que você põe no bolso", analisa.

Investigação detalhou como a comercialização do ouro ganha um verniz de legalidade, mesmo tendo uma origem ilícita (Foto: Pixabay)

Há também um outro elo na cadeia que dificulta a fiscalização e as investigações do setor: são os chamados Postos de Compra de Ouro, que funcionam como "braços" das DTVMs, estabelecidos em locais fora da sede da empresa – predominantes em cidades como Manaus ou Itaituba. O problema é que os postos de compra podem ser operados por outros CNPJs, o que torna a cadeia mais complexa.

Em nota, Dirceu Sobrinho afirmou que suas companhias "seguem rigorosamente todas as leis vigentes e não compactuam com a extração ilegal do ouro, combatendo ativamente qualquer ação irregular e/ou ilegal" e que "todas as movimentações das companhias foram detalhadas e esclarecidas, não havendo assim, precedentes para manter o curso de uma investigação". Sobrinho afirmou ainda, por meio de sua assessoria de imprensa, que "é preciso focar em regulamentar a atividade garimpeira nas áreas permitidas, respeitada a legislação vigente. A regularização é uma prioridade de todo o setor e também deve ser da sociedade brasileira". Leia aqui a nota na íntegra.

As tramas da Ourominas

Ourominas em Santarém (PA) comprou mais de 600 quilos de ouro ilegal em operações que totalizaram cerca de de R$ 70 milhões (Foto: Imagem Google Street View)

Criada no início dos anos 1980, quando Juarez de Oliveira Filho começou a ganhar dinheiro como garimpeiro em Mato Grosso, a Ourominas tem hoje mais de 80 lojas espalhadas pelo país. Com sede em São Paulo, mas com os chamados Postos de Compra de Ouro em cidades como Itaituba (PA) e Peixoto de Azevedo (MT), a empresa teve lucro líquido declarado de R$ 498 mil no primeiro semestre de 2019, segundo balanço contábil divulgado pela empresa.

O empresário acumula bons resultados de sua atuação no setor, mas também pendências na Justiça. Oliveira Filho é réu em pelo menos seis processos que tramitam na jurisdição do TRF 1, que envolvem trabalho análogo à escravidão, dano ambiental, falsidade ideológica, contrabando e crime de lavagem ou ocultação de bens.

A empresa também foi denunciada pelo MPF em uma ação civil pública em julho de 2019, acusada de adquirir ouro ilegal da região de Óbidos (Pará), próxima à Terra Indígena Z'oé. Na ocasião, o braço da Ourominas em Santarém comprou quase 611 quilos do metal ilegal, em operações que totalizaram cerca de de R$ 70 milhões.

Segundo a Força-Tarefa da Amazônia, o Posto de Compra de Ouro da Ourominas em Santarém tinha um esquema montado para facilitar a lavagem do metal: trata-se de um banco de dados com as informações referentes a garimpos legalizados a serem usadas nas notas fiscais para fraudar a origem do minério ilegal. Neste caso, quem preenchia a origem fraudulenta era a própria compradora (a Ourominas), facilitando a vida do vendedor.

O sócio majoritário da Ourominas também foi alvo da operação Minamata, deflagrada pela PF em 2017 para investigar a possível cooptação da Cooperativa de Garimpeiros do Lourenço Ltda (Coogal) por políticos e empresários, dentre eles Juarez de Oliveira Filho. Trabalhadores da cooperativa foram encontrados em condições análogas à escravidão por auditores fiscais do Trabalho (Ministério da Economia), e há indícios de que a exploração em Calçoene (Amapá) tenha contaminado os rios da região com a utilização do mercúrio.

Os documentos relativos à TI Yanomami levantam ainda a suspeita de que empresários da Ourominas possam ter se beneficiado de informações privilegiadas ao longo das investigações sobre o garimpo ilegal na região. Em 2015, na madrugada antes de ocorrer a operação de busca e

policiais iriam lá".

Uma hora depois, uma funcionária da Ourominas, esposa de Paulo Clemente, telefonou para o número 2 da empresa detalhando a busca feita pela PF em sua casa. Aquiles pede que ela apague todas as ligações dos celulares. À tarde, Paulo Clemente telefona para Aquiles e diz ter negado qualquer vínculo empregatício com a Ourominas, mas revela que "o sufoco foi muito grande".

Entre os sócios da Ourominas, apenas Aquiles Salerno foi denunciado pelo MPF à Justiça na operação Warari Koxi, por tentativa de destruição de provas. A PF descobriu que a esposa de Paulo Clemente entregou o próprio celular na busca e apreensão, mas escondeu o aparelho do marido.

> A dificuldade em responsabilizar criminalmente algumas empresas também passa pelo fato de que o dono da Ourominas, por exemplo, está em São Paulo. Ele não compra diretamente. Ele tem um parceiro local para sujar as mãos. Se der errado, ele vai dizer que não sabia
>
> ***PAULO DE TARSO***

O também procurador da República Alisson Marugal, do MPF de Roraima, especializado na questão indígena, concorda na dificuldade de se produzir documentos que incriminem grandes empresários envolvidos no garimpo ilegal. "Há uma falha nas investigações que ainda não se aprofundaram nesses grandes personagens. Há empresários do ramo aéreo, políticos... Por outro lado, é preciso dizer que existe um número muito grande de pessoas que se dedicam ao garimpo. Quando desarticulam uma célula criminosa, aparecem três ou quatro no lugar. É preciso mais eficiência, sobretudo em pessoas graúdas", afirmou à **Repórter Brasil**.

A Ourominas afirmou, em nota, que "após longa fase inquisitorial e investigativa que se processa durante a fase do inquérito policial foi concluído que a empresa OM e muito menos seus sócios tiveram participação nas condutas até então investigadas, e por isso não fazem parte da ação penal, ou seja, não são réus no processo".

No entanto, levantamento no TRF 1 revela que Aquiles Salerno, número 2 da empresa, é réu em pelo menos dois processos: um por "crimes contra a ordem econômica" e outro por "crimes de lavagem ou ocultação de bens". Além de Salerno, Paulo Clemente Lopes também é réu por "crimes contra a ordem econômica". Sobre esses processos, a Ourominas limitou-se a dizer que eles correm em sigilo, e que no caso de Salerno, "todas as informações serão prestadas em juízo".

Questionada novamente sobre os processos envolvendo um dos sócios da empresa, a Ourominas repetiu que "todas as informações serão prestadas em juízo". A empresa disse ainda que "não pactua com trabalho análogo a escravidão" e que "conforme decisão judicial, todos os bens foram restituídos/desbloqueados". Leia aqui a nota na íntegra.

Além do mencionado envolvimento da Ourominas e da HStern na compra de ouro ilegal, o inquérito da operação Warari Koxi também aponta para outra DTVM: a Dillon, que declarou lucro líquido de R$ 692 mil no 2º semestre de 2020. A empresa utilizou a loja Naza Joias, em Boa Vista, como "sucursal" para adquirir ouro extraído da TI Yanomami.

empresa no Rio de Janeiro mostraram que a DTVM fez transferências bancárias a representantes da Naza Joias e da Du Gold, lojas de Boa Vista apontadas como compradoras de ouro Yanomami.

Eduardo Freire da Silva Filho, sócio da Du Gold, foi denunciado à Justiça por crime contra o meio ambiente na operação Xawara. Presidente e sócio majoritário da Dillon, Luis Claudio Lins Fabbriani é réu por lavagem de dinheiro e ocultação de bens e trabalho em condição análoga à escravidão no caso da Coogal, no Amapá.

Maria Nazaré, da Naza Joias, e Eduardo Freire, da Du Gold, informaram por meio dos seus advogados que não vão se manifestar. Francisco Picorelli, Diretor de Compliance da Dillon, informou por telefone que o caso estava sendo analisado pelos sócios da empresa. Até o momento, não houve resposta aos questionamentos da **Repórter Brasil**.

Notas fiscais e rastros do esquema ilegal

As investigações sobre um único atravessador ajudaram a PF a conseguir algumas das poucas provas produzidas nestas operações. São notas fiscais encontradas na casa de Rafael Vieira, funcionário da Itaituba Metais, vendendo o ouro da TI Yanomami para três DTVMs: R$ 44 mil (356g) para a Carol DTVM, sediada em São Paulo, R$ 20 mil (170g) para a Coluna DTVM, com sede no Rio de Janeiro e R$ 8,8 mil (79g) para a D'Gold, um dos braços empresariais de Dirceu Sobrinho.

Diferentemente dos casos anteriores, em que os postos de compra estavam em nome de terceiros, neste caso o posto está em nome do próprio Dirceu Sobrinho e de sua filha, Sarah Almeida Frederico.

Nota Fiscal encontrada na casa de Rafael Vieira; segundo a PF, documento indica que ouro da TI Yanomami foi negociado com DTVM (Reprodução)

Este episódio ilustra bem o que procuradores e especialistas criticam sobre a fragilidade da lei – que protege os compradores – e a dificuldade de produção de provas. Apenas os funcionários da Itaituba Metais, Rafael Vieira e o dono Leandro de Sousa Rodrigues (vendedores), foram denunciados pelo Ministério Público na operação Tori, por usurpação de bens pertencentes à União. As DTVMs (compradoras) passaram incólumes.

A Coluna DTVM afirmou à **Repórter Brasil** que "desconhece as alegações de compra de ouro proveniente de reservas indígenas" e que não foi notificada pela Polícia Federal ou Ministério Público. Leia aqui a nota na íntegra. A Carol DTVM não respondeu aos questionamentos da reportagem.

preferiu não se manifestar. A defesa de Rafael Vieira não foi encontrada.

O Banco Central informou à reportagem que não iria se pronunciar.

A assessoria de imprensa da ANM alegou que não poderia responder, pois não tinha ciência dos casos envolvendo as lavras garimpeiras usadas para "lavar" o ouro ilegal.

"Há um lobby fortíssimo, porque esses empresários, vinculados à Anoro [Associação Nacional do Ouro], estão por trás da legislação que regulamenta o setor. Eles desenharam o sistema, que acabou retirando a responsabilidade criminal deles", afirma o procurador Tarso, destacando que o problema é que a legislação isenta os compradores – e eles são muitos.

Se você chegou até aqui e achou que são numerosos demais os envolvidos no esquema, você está certo. Segundo especialistas, a estrutura do garimpo ilegal na TI Yanomami funciona com base em uma série de núcleos, com diversas pessoas enriquecendo em cada um deles. No que tange ao universo das pequenas empresas atravessadoras, muitos dos nomes investigados pela Polícia Federal ou denunciados pelo MP não estão aqui mencionados. Nosso foco foram as empresas maiores, as DTVMs e seus respectivos atravessadores.

Justamente por conta da complexidade da logística, bem como da profusão de atores envolvidos no esquema, o procurador da República em Roraima, Alisson Marugal, acredita que só "com uma verdadeira operação de guerra para acabar com o garimpo ilegal na terra indígena".

***Colaborou: Piero Locatelli**

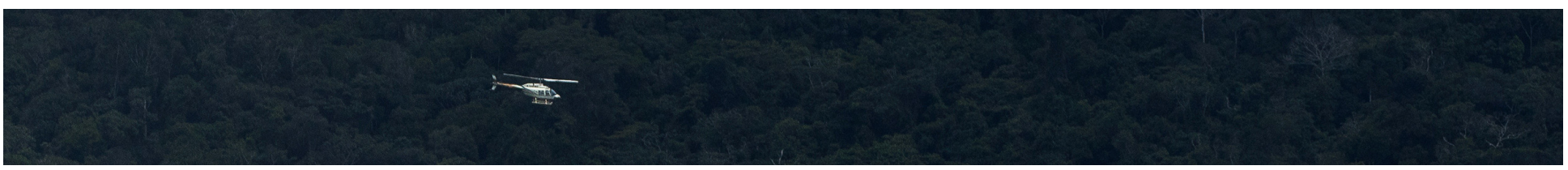
Leias as reportagens da série Ouro do Sangue Yanomami
Leia as reportagens em inglês

Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui.

CONTINUE LENDO

Céu sem lei é controlado por garimpeiros

PCC se aproxima de garimpeiros para lavagem de recursos



R$ 200 mil por semana: quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo

Romero Jucá, o 'maior inimigo' dos Yanomami

‘Compro tudo’: ouro Yanomami é vendido livremente na Rua do Ouro

‘Projeto de mineração de Bolsonaro vai virar uma confusão’, diz memória-viva do garimpo no Brasil

Apoio

Equipes da série Ouro do Sangue Yanomami

Amazônia Real: Kátia Brasil (editora-executiva); Eduardo Nunomura (editor de especiais); Alberto César Araújo (editor de fotografia); Elaíze Farias (editora de conteúdo); Maria Fernanda Ribeiro, Clara Britto e Alicia Lobato (repórteres); Bruno Kelly (fotografia do sobrevoo) e Paulo Dessana (fotografia); Lívia Lemos (mídias sociais); Maria Cecília Costa (assistente executiva); Giovanny Vera (mapa); César Nogueira (montagem); Cajuldeas (desenvolvimento do site); e Ana Cecilia Maranhão Godoy (tradutora).

Repórter Brasil: Ana Magalhães (coordenadora de jornalismo); Mariana Della Barba (editora); Mayra Sartorato (editora de redes sociais); Piero Locatelli e Guilherme Henrique (repórteres); e Joyce Cardoso (estagiária).

OURO DO SANGUE YANOMAMI

PCC se aproxima de garimpeiros para lavagem de recursos

Especialistas afirmam que a falta de regulação do mercado do ouro no país é um prato cheio para traficantes e criminosos. Logística do garimpo, baseada em aeronaves, também atrai crime organizado para transporte de drogas

Compartilhe:

Publicação
24/06/2021 09:06

Por Clara Britto*, da Amazônia Real

Em 2021, a espiral de violência que acompanha o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) atingiu um novo patamar. Em 10 de maio, a aldeia Palimiu, às margens do rio Uraricoera, foi atacada a tiros. No dia seguinte, seis policiais federais foram enviados à aldeia e recebidos a balas pelos criminosos. Mesmo com a presença do Exército e da Polícia Federal à TIY, houve ao menos 11 novos ataques a diferentes aldeias. As suspeitas recaem sobre garimpeiros ligados a uma das maiores organizações criminosas do país, o PCC (Primeiro Comando da Capital), que vem se aproximando do garimpo ilegal no Estado pelo menos desde 2018.

expansão da facção para as áreas de garimpos, onde há presença maciça de ex-presidiários e foragidos da Justiça.

Ainda que investigadores não saibam com precisão o que os membros do PCC fazem na atividade garimpeira, se dão apenas proteção ou se atuam na extração ilegal do metal, especialistas não têm dúvidas de que a pouca regulamentação do mercado do ouro no país incentiva a lavagem de recursos – atraindo o crime organizado.

"O ouro é a melhor forma de lavar dinheiro hoje", afirma o procurador da República Paulo de Tarso Moreira Oliveira, da região de Itaituba, no Pará. "O fato de o PCC estar operando em garimpos é um processo natural. Não só o PCC, mas qualquer organização que tenha dinheiro criminoso. Quem estiver enriquecido ilicitamente e queira justificar esse incremento patrimonial é só ir para o segmento do ouro", afirma o procurador, um dos maiores investigadores da extração ilegal do minério.

"O garimpo é um ambiente propício para a criminalidade", concorda o delegado Adolpho Albuquerque, da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Federal em Roraima, em entrevista à **Amazônia Real**.

Na avaliação de Larissa Rodrigues, gerente de projetos do Instituto Escolhas, entidade que defende um rastreio do ouro explorado no País, a mineração virou atrativa para os criminosos. "Como tem um sistema fraco de controle e comercialização, você consegue fazer lavagem de dinheiro com ouro. Não porque queira vender ouro, mas porque é tão pouco controlado e tem tanto valor, que você consegue lavar o dinheiro de drogas, de tráfico de armas, de qualquer que seja, com ouro."

Logística do garimpo facilita transporte de drogas

Avião de pequeno porte é visto sobrevoando areas próximas a garimpo e pistas de pouso na região do Homoxi na Terra Indígena Yanomami. (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

A logística do garimpo na Terra Indígena Yanomami, que depende de aviões e helicópteros para transporte de insumos, garimpeiros e ouro, é outro fator que gera uma natural proximidade com o narcotráfico.

área do crime, seja ambiental ou do tráfico de drogas, eles não vão recusar", analisa o delegado Albuquerque.

Levantamento feito pela **Amazônia Real** e pela **Repórter Brasil** com as 31 aeronaves que sobrevoaram áreas de garimpo na TIY na última década mostra que pelo menos dois pilotos suspeitos de darem apoio logístico ao garimpo já foram flagrados transportando cocaína – muitos anos antes de o PCC ampliar e consolidar a sua presença em Roraima.

Alvo da operação Xawara, em 2012, o piloto José Donizete do Amaral fez diversos voos para garimpos ilegais na TI Yanomami, parte deles para Pedro Emiliano Garcia, condenado por genocídio no masssacre de Haximu, que matou 16 indígenas, em 1993.

Leia mais sobre o massacre de Haximu

Segundo a investigação da PF, nas viagens ao território, José Donizete transportava insumos como alimentos, armas, munições e mercúrio para os garimpos ilegais. Mas sua ligação direta com uma quadrilha de narcotraficantes se revelou anos mais tarde. Em 2017, ele pilotava o monomotor Cessna 206 prefixo PT-JPW carregado com 525 quilos de cocaína que caiu no rio Branco, ao leste do território Yanomami. Ele morreu no acidente e apenas 97 quilos da droga foram encontrados pela polícia – a outra parte foi resgatada por comparsas que acabaram presos.

Outro piloto de aeronaves ligado ao garimpo também foi flagrado com o transporte da droga. Trata-se de Amarildo Oliveira Berigó, apontado pela PF como sócio de Donizete, e também alvo da operação Xawara por operar voos ilegais na TI Yanomami. Em 1999, ele foi preso em flagrante pela PF durante uma apreensão de 372 quilos de cocaína em uma fazenda em Cocalinho, no Mato Grosso. Segundo a PF, a base pertencia à rede do megatraficante Leonardo Dias Mendonça, o "barão do tráfico". Berigó não foi localizado para comentar sobre o teor desta reportagem.

As ligações com a Venezuela

Yanomami em Maturacá na fronteira com a Venezuela (Foto: Paulo Desana/Amazônia Real)

fronteira com a Venezuela sempre foi dominada por garimpos ilegais – parte do ouro com o sangue Yanomami termina vendido no país vizinho. É por esta mesma fronteira que também acontece a venda de drogas e de armas.

Leia sobre quem são as empresas que compram o ouro da TIY [DTVMs]

Em 2008, autoridades brasileiras já assinalavam que o Plano Colômbia (política antidrogas patrocinada pelos Estados Unidos a partir de 1999) aumentou a quantidade de cocaína que passou a entrar no Brasil pela região amazônica.

Um telegrama vazado pela plataforma Wikileaks mostra que naquele ano uma missão norte-americana enviada a Roraima e ao Amazonas se reuniu com promotores e delegados e esteve na fronteira com a Venezuela. Além de detectarem aumento do tráfico de drogas na região, principalmente pelos rios, apontaram que havia pouco efetivo policial e recursos limitados para enfrentar desafios regionais significativos, como o tráfico de drogas.

O investigadores afirmaram ainda que as autoridades estaduais e federais de Roraima admitiam a existência, mas subestimavam a exploração do trabalho escravo e infantil, bem como o tráfico sexual de mulheres e meninas para as zonas de garimpo ilegal.

Se o aumento do tráfico de drogas na fronteira já dominada pelo garimpo foi alertada há mais de dez anos, foi somente em 2020 que a PF começou a investigar "fortes suspeitas" de que o PCC tenha articulado uma aliança com o Tren de Aragua, um dos maiores grupos criminosos da Venezuela, envolvido em sequestros, homicídios, roubo de veículos e tráfico de drogas, armas e de pessoas.

A suposta conexão entre o PCC e o Tren de Arágua foi levantada na operação Triumphus, que identificou em Roraima o recrutamento pelo PCC de imigrantes venezuelanos já envolvidos em crimes. A investigação, a qual a **Amazônia Real** teve acesso, apontou que ao menos 740 venezuelanos integravam as fileiras do PCC no estado no primeiro semestre de 2020.

"A gente tem informes de armas que vêm por via internacional, entram pela Venezuela ou pela Guiana. Normalmente, entram via essas pessoas, esses faccionados (membros de facção), ou um ou outro que tenha algum débito, alguma coisa com a facção, aí ele consegue colocar essa arma lá", explica o delegado Albuquerque, da PF, relacionando a entrada de armamento nos garimpos à atuação de integrantes dos grupos criminosos.

O PCC em Roraima

Detentos na Penitenciária de Monte Cristo em Roraima (Foto: Thiago Dezan/Farpa/CIDH)

O PCC nasceu na década de 2000 e se desenvolveu dentro dos presídios paulistas; em Roraima não foi diferente. A presença da organização criminosa já havia sido detectada no Estado em 2014 e, ainda naquele ano, teve um crescimento abrupto: em poucos meses, saltou de 50 para 1,5 mil membros.

Nos anos de 2016 e 2017, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista, foi palco de dois massacres que deixaram 43 presos mortos, a maior parte deles do grupo rival, o Comando Vermelho. É também à facção paulista que se atribui uma série de ataques em quatro cidades do estado em uma noite de terror em julho de 2018.

Naqueles primeiros anos de atuação do PCC em Roraima, uma guerra nada silenciosa avançou pela periferia de Boa Vista. A disputa pelo controle do tráfico de drogas fez com que, pela primeira vez na história, um estado do Norte chegasse ao topo do ranking de homicídios do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O levantamento apontou que Roraima terminou 2018 com 348 crimes violentos letais intencionais, ou 66,6 mortes para cada 100 mil habitantes, mais que o dobro da média nacional, de 27,5 por 100 mil.

Em 2018, foi decretada intervenção federal no sistema prisional de Roraima, principalmente para retomar a administração da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, controlada pelo PCC. Também foi formada no estado a Força Tarefa de Combate ao Crime Organizado (Ficco), composta pelas polícias Federal, Civil e Militar e a Secretaria de Justiça e Cidadania, responsável pelo sistema prisional. Mas a essa altura a facção já tinha aberto ramificações de seus negócios para muito além das grades prisionais. E um dos focos era justamente o garimpo ilegal.

A presença da TIY

Dario Kopenawa Yanomami na sede da Hutukara em Boa Vista (RR) (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Não é de agora que o vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, Dário Kopenawa Yanomami, recebe relatos das lideranças sobre a entrada de pessoas na TI Yanomami ligadas ao tráfico. "Eles estão levando drogas, cocaína, para a terra indígena. Nós estamos preocupados, eles vão distribuir para os Yanomami, isso a gente falava aos generais [do Exército] anteriores. O próprio Exército já viu, já aprenderam cocaína, maconha. Eles têm esses relatos", conta.

Os Yanomami informaram à PF das ameaças e dos ataques, que se potencializaram na região do Korekorema desde o começo deste ano. Mas antes desses primeiros episódios, Dário lembra que os Yanomami relataram que garimpeiros têm morrido em conflito com os criminosos na região do Tatuzão.

"São muitos garimpeiros morrendo lá, roubando entre eles, se matando, então existe facção, é PCC. O Ministério Público Federal, a Polícia Federal já têm conhecimento disso", explica Dário Kopenawa. "A gente relatava: 'Olha, muitas pessoas estão entrando [na terra indígena], se violentando, e outros garimpeiros ricos contratam facções na cabeceira do Uraricoera. Os garimpeiros venezuelanos estão trabalhando [na TI], os brasileiros estão trabalhando na Venezuela também, essa troca de garimpo existe, mas não tem vigilância sobre a lei nacional, como o Exército. Eles não vigiam, eles não fazem nem monitoramento, nem fiscalização na fronteira do Brasil e da Venezuela."

O PCC soube se equipar e ocupar o vácuo deixado pelas autoridades, ora lenientes com o garimpo ilegal, ora estimulando a invasão de terras indígenas. "O PCC está forte lá, com armamento pesado e tudo", disse uma fonte policial ouvida pela reportagem sobre a presença de integrantes da facção nos garimpos ilegais na Terra Indígena (TI) Yanomami. "Há investigação que mostra fotos de ex-presidiários e foragidos com armamento pesado lá dentro."

Em março deste ano, a PF desativou um garimpo na região de Waikás, já perto da fronteira com a Venezuela. Era um local conhecido como 'Fofoca do Cavalo', onde se estimou a presença de 2 mil garimpeiros. A infraestrutura do local impressionou aos policiais. No local, havia consultório odontológico, restaurante, serviço de internet wi-fi e helicóptero. "Dos pontos (de garimpo) que a gente foi, que foram pelo menos 10, esse foi um dos mais marcantes. Era realmente uma estrutura de um município de interior, até abadá de carnaval e panfleto", disse o delegado Albuquerque.

Mas o governo é deles já que tudo está uma ilegalidade. A presença dele [do narcotráfico] não aparece, tudo está ilegal. Então a repressão que dá ao garimpeiro, que não é criminoso, aquele que investe, é o mesmo que o traficante, então ele aproveita que a ilegalidade é comum a todos."

A vinda da Força Nacional

Comunidade à margem do rio Mucajaí (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Após o tiroteio na aldeia Palimiu em 10 de maio, os ataques continuaram. Entre 12 de maio e 4 de junho, o Exército entrou em operação, junto da PF, desativando sete garimpos ilegais na região. Um dia depois, em 5 de junho, homens armados em quatro barcos invadiram a comunidade Maikohipi e lançaram bombas de gás lacrimogêneo. No dia 8, atacaram indígenas da comunidade Walomapi que haviam saído para caçar, e no dia 10 novamente a aldeia Maikohipi onde um cachorro foi morto a tiros e os indígenas agredidos verbalmente.

Os ataques prosseguiram. No dia 13, um grupo de garimpeiros atirou contra a aldeia Palimiu. Em 16 de junho, um novo ataque a tiros ocorreu na aldeia Korekorema e no dia 17 crianças e jovens que pescavam no rio Uraricoera perto da aldeia Tipolei foram atingidos por um barco de garimpeiros.

Todos esses casos foram relatados pela Hutukara Associação Yanomami e pelo Conselho Distrital de Saúde Yanomami e Ye'kuana (Condisi-Y) ao MPF, à PF, Funai e à 1ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército em Roraima.

No dia 10 de junho, o governo federal autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em "atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública" por 90 dias na Terra Indígena Yanomami".

A tardia medida foi anunciada em meio ao recrudescimento da violência e só três semanas depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo adote medidas urgentes de proteção ao povo Yanomami.

***Colaborou Kátia Brasil**

Leia as reportagens da série Ouro do Sangue Yanomami

Leia as reportagens da série em inglês

Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui.

CONTINUE LENDO

Céu sem lei é controlado por garimpeiros

R$ 200 mil por semana: quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo

Romero Jucá, o 'maior inimigo' dos Yanomami

‘Compro tudo’: ouro Yanomami é vendido livremente na Rua do Ouro

OURO DO SANGUE YANOMAMI

‘Projeto de mineração de Bolsonaro vai virar uma confusão’, diz memória-viva do garimpo no Brasil

HStern, Ourominas e D’Gold: as principais compradoras do ouro ilegal da TI Yanomami

Realização

Apoio

Romero Jucá, o ‘maior inimigo’ dos Yanomami

O ex-senador de Roraima foi um dos emblemáticos defensores do garimpo nos territórios indígenas. Na imagem acima Romero Jucá (MDB-RR) no plenário do Senado Federal (Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado/2018)

Compartilhe:

Publicação
24/06/2021 09:04

Por Eduardo Nunomura*, da Amazônia Real

Romero Jucá (MDB) anda silencioso. Permanece em Brasília, mas optou por manter uma postura discreta desde que não foi reeleito ao Senado, em 2018. De lá para cá, raramente tem atendido a imprensa. Ficar longe dos holofotes é compreensível. Nos últimos anos, Jucá teve seu nome envolvido em casos de corrupção, sempre se esquivando deles. Mas o passado desse carimbado personagem da política brasileira está umbilicalmente ligado à atividade garimpeira em Roraima. Tanto que, em 2016, Dário Kopenawa Yanomami, vice-presidente da HAY (Hutukara Associação Yanomami) e filho do líder Davi Kopenawa, o chamava de “o maior inimigo dos povos indígenas do Brasil”.

desastrosa para os Yanomami. Ainda assim, saiu premiado do governo. De 1988 a 1990, Jucá foi nomeado por Sarney, seu padrinho político do MDB, para ser o primeiro governador do território de Roraima, que depois se tornaria o Estado.

No contexto do projeto Calha Norte – criado em 1985 sob o pretexto de povoar as fronteiras com Colômbia, Peru e Venezuela, e levar infraestrutura para os povoados da região –, o governo Sarney via na mineração em terras dos Yanomami a saída perfeita para um iminente problema social. Um ano antes, o garimpo de Serra Pelada, no Pará, dava sinais de esgotamento para a lavra manual, o que significava que cerca de 80 mil garimpeiros ficariam sem ter o que fazer. O maquinário pesado iria entrar em operação. Com as bênçãos do então chefe da Casa Militar Rubens Bayma Denys e de Jucá, na Funai, uma nova frente garimpeira poderia absorver esse contingente sedento por ouro, diamante e outras riquezas minerais.

Leia Zé Altino revela os interesses dos militares sobre os garimpos

Em 1986, Jucá permitiu que o garimpo ilegal em Roraima avançasse a partir da ampliação de uma antiga pista de pouso, na região do Paapiu e Couto de Magalhães, na fronteira do Brasil com a Venezuela. A obra da Força Aérea Brasileira (FAB) facilitou o ingresso dos invasores, já que nenhuma guarnição militar foi construída no local. No ano seguinte, Jucá expulsou ONGs e missões religiosas e determinou a retirada de equipes de saúde da TI Yanomami, em plena pandemia de malária e gripe. E em agosto de 1988, já no fim de seu mandato à frente da Funai, chegou a propor a redução em 75% do tamanho da TI Yanomami.

No estudo “(Des) territorialização e Conflitos Sociais na Luta por Espaço em Roraima”, de France Rodrigues, professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), consta que “em meio às denúncias de conflitos entre índios e garimpeiros, Romero Jucá apresentou a José Sarney o “Projeto Meridiano 62”, que propunha a criação de reservas garimpeiras em áreas de maior concentração de lavras de mineração, permitindo a atividade por dois anos. Desde as grandes mineradoras, comerciantes, empresários, até os garimpeiros aclamaram, em praça pública, o governador Romero Jucá como o ‘salvador dos garimpeiros’”.

A capital do ouro

Garimpo e uma pista de pouso clandestina na região do rio Couto de Magalhães na TI Yanomami (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

“O número de pistas clandestinas é incalculável, mas, extra-oficialmente, são 80. Mas se a FAB e o DAC [Departamento de Aviação Civil] quisessem, elas não seriam construídas, nem os aviões partiriam sem planos de voo”, afirmou o então deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), em 28 de junho de 1989 em reportagem da Agência Estado. A frase permanece rigorosamente atual, 32 anos depois. Naquela mesma reportagem, há a informação de que o aeroporto de Boa Vista, que não dispunha de radar, era o segundo em movimentação no Brasil, com 300 pousos e decolagens diários. Estimadas “85% da produção aurífera de três quilos diários” se evadiram de Roraima.

Leia como as aeronaves são peças-chaves do garimpo

Em 1991, o italiano Luigi Eusebi em seu livro “A barriga morreu” (Edições Loyola), que trata do genocídio dos Yanomami, afirmou que Jucá era conhecido como “o homem dos 35 garimpos”. Assim, não foi surpresa que em março de 1996, já como senador por Roraima pelo PFL, Jucá tenha apresentado o Projeto de Lei 1.610 para liberar a mineração em terras indígenas. Em dezembro de 2014, ele pediu a retirada do projeto, ainda em tramitação na Câmara de Deputados, alegando, na tribuna do Senado, que a questão da mineração seria “um preço que não quero mais pagar”.

Foi uma reação depois de ter sido apontado pela Comissão Nacional da Verdade, também em dezembro de 2014, como principal responsável por permitir a invasão de 40 mil garimpeiros na TI dos Yanomami quando esteve à frente da Funai. O relatório final estimou que ao menos 8.350 Yanomami morreram em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou omissão.

Interesses familiares

Fachada da TV Imperial da família Jucá (Foto: Rede Record/Divulgação)

Romero Jucá é pernambucano, onde se formou em economia e iniciou sua carreira política. Ocupou uma secretaria municipal do Recife, em 1984, quatro anos antes de chegar a Roraima, para ser governador do então território de Roraima. A transferência de moradia fez bem ao patrimônio familiar. Os Jucá se tornaram donos do maior conglomerado de comunicação do estado roraimense.

Hoje, as empresas do grupo estão em nome da mulher do ex-senador, Rosilene de Brito Pereira Jucá, e dos filhos. A TV Imperial, afiliada da Rede Record, tem como sócio o enteado, André Felipe de Brito Pereira Costa. A emissora Buritis Comunicações, afiliada da TV Bandeirantes, é registrada em nome de Rosilene e do filho Rodrigo Menezes de Holanda Jucá, que por sua vez tem outras empresas em seu nome. Uma delas é a agência de publicidade Uyrapuru Comunicações, em que Rodrigo Jucá aparece como sócio da Societat Participações, a única empresa do grupo que fica em São Paulo. A Societat, que presta serviços de informação, também tem como sócia a filha Marina de Holanda Menezes Jucá Marques. É também no nome de Marina e da mulher Rosilene que constam a sociedade da Rádio Equatorial e a Editora Online, responsável pelo site Roraima em Tempo.

Marina, em particular, é um personagem que conhece bem o mundo do garimpo em Roraima. Ela é proprietária da Boa Vista Mineração. No site da Agência Nacional de Mineração, a reportagem localizou um pedido da empresa da filha de Jucá para minerar ouro em Amajari, na Serra do Tepequém, nas proximidades da TI Yanomami. Mas em 2015 a Boa Vista Mineração protocolou um pedido de desistência da mineração dessa lavra.

Em 2017, em entrevista ao site Poder360, o político justificou que sua desistência de legalizar o garimpo em terras indígenas nada tinha a ver com o fato de sua filha Marina, enteada de Maria Teresa Surita, ser dona de uma mineração. Teresa Surita, prefeita eleita para cinco mandatos na capital Boa Vista, concluindo suas últimas gestões com aprovação acima dos 75%, já foi casada com Romero Jucá, ex-senador e ex-governador de Roraima. Na capital roraimense, atribui-se a sua primeira eleição a Jucá, em 1992, embora ele próprio tenha sido derrotado nas urnas dois anos antes para o governo do recém-criado estado de Roraima.

Romero Jucá foi procurado pela reportagem, diretamente e por intermédio da assessoria de imprensa, em três ocasiões, mas não quis dar entrevista.

A política local

Na cerimônia de posse, Denarium é cumprimentado pelo general Eduardo Pazuello (Foto Seco/RR)

O delegado federal Adolpho Albuquerque, da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Federal, cita que um dos principais desafios para o combate ao garimpo ilegal em Roraima é o que ele classificou como “apoio massivo de políticos e autoridades para com as pessoas que atuam nessa atividade”.

> Aqui em Roraima especialmente tem a questão da cultura local. O estado foi fundado na exploração mineral, as pessoas vinham para cá buscar uma nova vida em razão da exploração do ouro especialmente. Então culturalmente há uma aceitação social dessa atividade. É aquele lema que eles utilizam: ‘Garimpeiro não é bandido’
>
> ***ADOLPHO ALBUQUERQUE, DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL***

Mais que isso, o garimpo rende votos. Surfando na onda bolsonarista, Antonio Oliverio Garcia, o Denarium, foi eleito governador de Roraima em 2018 com 136.612 votos. Nascido em Anápolis, em Goiás, e vivendo em Roraima desde os anos 1990, elegeu-se pelo PSL com discurso inflamado na mesma toada de Jair Bolsonaro, declaradamente anti-imigraçao e pró-garimpo.

Denarium, seu apelido, vem de “denário”, a moeda de prata com maior circulação durante o Império Romano. Ele assumiu o governo antes mesmo da posse, quando foi nomeado interventor federal via decreto do então presidente Michel Temer (MDB). Roraima enfrentava um colapso financeiro e político, enquanto os servidores estaduais faziam greves e protestos contra meses de atraso salarial. Era o fim da gestão de Suely Campos, esposa de Neudo Campos, ex-governador apontado como líder do ‘escândalo dos Gafanhotos’ e impedido de se candidatar em 2016 pela Lei da Ficha Limpa.

Até aquele ponto, Denarium era visto como um empresário do agronegócio (da soja e do boi), ex-diretor do Banco Bamerindus – cuja função o trouxe para Roraima – mas desconhecido na política local, ainda que seus adversários o acusassem de agiotagem, o que ele sempre negou. Uma vez no poder, o governador revelou-se um fiel aliado do garimpo ilegal, seguindo os trilhos do presidente Bolsonaro.

No fim do ano passado, quando o estado registrava 700 mortes pela Covid-19, Denarium se preocupava em apresentar à Assembleia Legislativa de Roraima o Projeto de Lei 201/2020, o “PL do Garimpo” (suspenso desde fevereiro pelo Supremo Tribunal Federal), de flexibilização do licenciamento ambiental da atividade de lavra garimpeira. A norma abriria as terras do estado para a mineração, permitindo ainda o uso de maquinário e mercúrio, substância altamente tóxica a humanos, plantas e animais.

O mercúrio, aliás, entrou no PL graças a uma emenda do deputado estadual Eder Lourinho (PTC). Igualmente estreante na política, foi eleito em 2018 com 2.581 votos após campanha feita ao lado do próprio Denarium e de Airton Cascavel, recentemente conhecido como assessor direto do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. Dos militares a Romero Jucá, de Denarium a Bolsonaro, tudo o que reluz no garimpo é, sim, ouro, mas boa parte vindo do sangue Yanomami.

Garimpo na região do rio Couto de Magalhães na TI Yanomami (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

***Colaboraram Clara Britto e Kátia Brasil**

Leia as reportagens da série Ouro do Sangue Yanomami

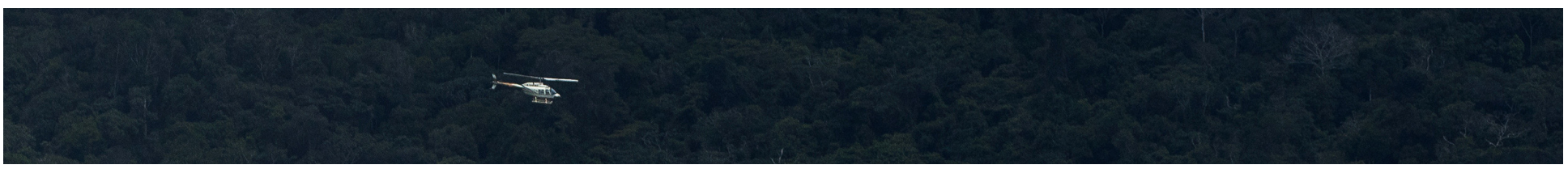
Leia as reportagens da série em inglês

Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui.

CONTINUE LENDO

Céu sem lei é controlado por garimpeiros

PCC se aproxima de garimpeiros para lavagem de recursos



R$ 200 mil por semana: quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo

‘Compro tudo’: ouro Yanomami é vendido livremente na Rua do Ouro

‘Projeto de mineração de Bolsonaro vai virar uma confusão’, diz memória-viva do garimpo no Brasil

Ristem, Ourominas e D'Gold: as principais compradoras do ouro ilegal da TI Yanomami

Realização

Apoio

Equipes da série Ouro do Sangue Yanomami

Amazônia Real: Kátia Brasil (editora-executiva); Eduardo Nunomura (editor de especiais); Alberto César Araújo (editor de fotografia); Elaíze Farias (editora de conteúdo); Maria Fernanda Ribeiro, Clara Britto e Alicia Lobato (repórteres); Bruno Kelly (fotografia do sobrevoo) e Paulo Dessana (fotografia); Lívia Lemos (mídias sociais); Maria Cecília Costa (assistente executiva); Giovanny Vera (mapa); César Nogueira (montagem); CajuIdeas (desenvolvimento do site); e Ana Cecilia Maranhão Godoy (tradutora).

Repórter Brasil: Ana Magalhães (coordenadora de jornalismo); Mariana Della Barba (editora); Mayra Sartorato (editora de redes sociais); Piero Locatelli e Guilherme Henrique (repórteres); e Joyce Cardoso (estagiária).

‘Projeto de mineração de Bolsonaro vai virar uma confusão’, diz memória-viva do garimpo no Brasil

Aos 79 anos, o minerador Zé Altino Machado, dos quais 54 na atividade da mineração, conta com exclusividade sobre as invasões à Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Na imagem, José Altino entre os Munduruku que apoiam o garimpo (Foto: Acervo pessoal).

Compartilhe:

Publicação
24/06/2021 09:02

Por Kátia Brasil, da Amazônia Real

O aviador e minerador José Altino Machado, hoje com 79 anos, ficou conhecido no país como responsável pelas três maiores invasões de garimpeiros nas regiões de Xitei e Surucucu na Terra Indígena Yanomami nos anos 1970, 1980 e 1990, em Roraima. Com mais de meia década de atuação no ramo da mineração de cassiterita (estanho), em 1978 ele fundou a União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal). Chegou a comandar mais de 350 mil homens em vários garimpos abertos na região amazônica.

Mineiro de Governador Valadares, Zé Altino, como é mais conhecido, chegou a possuir uma frota de mais de 410 aviões e até hoje toca garimpos no rio Tapajós, no Pará. De fala mansa e sem papas na língua, ele conta nesta

Sarney e o ex-senador Romero Jucá, ambos do MDB.

O minerador goza de proximidade com o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal. Mas discorda do Projeto de Lei do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), pois em sua opinião só beneficiará as multinacionais. "Esse projeto do Bolsonaro vai virar uma confusão. Para começar, não fala de garimpagem das áreas indígenas. Fala de mineradoras, empresas multinacionais. Isso não é garimpagem", contesta ele na entrevista abaixo.

Sobre o atual problema da atividade ilegal em terras indígenas, com escalada da violência, proximidade com o PCC (Primeiro Comando da Capital) e aumento da destruição ambiental, Zé Altino não vê muita solução. "Pode até tirar [os garimpeiros], mas daqui 6 ou 7 meses volta todo mundo".

José Altino com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão durante audiência com o deputado federal Euclydes Pettersen (PSC/MG); Paulo Pettersen, Prefeito de Carangola/MG e Dirceu Frederico dos Santos Sobrinho, Presidente da Associação Nacional do Ouro (Anoro)(Foto: Romério Cunha/VPR)

As jazidas de minérios em Roraima foram descobertas entre 1975 e 1977, durante a Ditadura Militar, pelo Projeto Radam (Radar da Amazônia), do Ministério das Minas e Energia. Foi por isso que o senhor foi para Roraima?

José Altino Machado – Na década de 1960 fui vereador em Governador Valadares (MG), minha cidade, e onde fui também maior produtor de leite no Brasil à época. No princípio da década de 1970, fui também o maior produtor de milho do leste mineiro. No ano de 1967, fiz andanças pelos garimpos do Jari (AP). Em outubro de 1977, perdi uma filha de dois anos na piscina de casa. Aí abracei de vez a Amazônia e sua gente!

Como foi a primeira corrida do ouro neste período?

era algo para mais de 6 ou 7 bilhões de dólares. As outras, lá no fundo da fronteira, atingem 10 bilhões. Lá em cima [em Surucucu] não existiam índios. Eles estavam nos altos da serra [do Parima]. Com a chegada do garimpo, uma vez ou outra, eles subiam, então nós servimos na época como atração para eles se abastecerem. Até que o governador Ramos Pereira [coronel do Exército Fernando Ramos Pereira] chamou todo mundo e falou: 'Olha, está meio bagunçado o garimpo'. O governador disse para que todos nós saíssemos da região para poder organizar. Nós construímos a pista de pouso de aeronaves e ficamos todos lá. Voaram [garimpeiros] de Rondônia. Nós trabalhamos de forma organizada. Após a abertura do garimpo na Terra Yanomami, o Exército instalou um posto em Surucucu. Foi aquela coisa toda para usar uma pista que era de garimpeiros. Depois, o governo colocou lá a Companhia Vale do Rio Doce.

Os garimpeiros foram retirados da terra indígena pela Polícia Federal?

Zé Altino – O governador Ramos Pereira iniciou a intervenção estatal. Quando fechou o garimpo, ele colocou lá o serviço de saúde e um posto da Funai, que serviu de atração para os indígenas de Surucucu. Aí é um dos crimes que acontecem no país, que é quando você pega o direito indígena, que já existe, e joga em cima de uma jazida tão rica como aquela.

'Vale, Funai e Exército nada gastaram para se apossar de tudo [dos garimpeiros na década de 1980], e os grandes invasores somos nós? Eita Brasil!'

Como a Vale do Rio Doce entrou na Terra Indígena Yanomami?

Zé Altino – Foi durante o governo do general João Figueiredo (1979-1985). No dia 24 de agosto de 1984, a Vale entregou um relatório devolvendo os direitos privados da área e dizendo que em Roraima nada tinha de economicamente viável para ser explorada. No dia 26 entra na área o filho do presidente [Eliezer Batista] da Vale do Rio Doce, o Eike Batista. Esse foi o problema que nós ficamos muito chateados [com os militares]. Aí eu falei: 'Assim não, a área lá é nossa. Nós construímos a pista e descobrimos a jazida' e fechou. Agora pegar ela [a jazida] e dizer que não tem nada na área, uma das mais ricas do mundo. Depois o grande invasor sou eu? Vale, Funai e Exército nada gastaram para se apossar de tudo [dos garimpeiros], e os grandes invasores somos nós? Eita Brasil!

Garimpo na região do Homoxi na TI Yanomami (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

O senhor participou do movimento contra a chamada “internacionalização” de Roraima, apoiada pela União Democrática Ruralista (UDR). Por volta de 1985, durante o governo de José Sarney, aconteceu a segunda corrida do ouro na Terra Yanomami. Como foi essa ação?

Zé Altino – Entramos em Surucucu pelo rio Uatatas ou Parima, a 3 km da fronteira [com a Venezuela]. Na entrada [do território Yanomami] eram só com 70 homens. A visão que eu tinha era que só estávamos retornando para uma área de trabalho nossa. Depois, chegamos a 620 [pessoas].

Nesta época houve uma repercussão muita grande e a Organização dos Estados Americanos (OEA) chegou a demandar as autoridades brasileiras sobre a necessidade de se criar um Parque Yanomami. O senhor foi preso em flagrante pela Polícia Federal pela invasão do território.

Zé Altino – Mesmo preso, não parei com os planos de explorar o garimpo em Surucucu. Na capela da penitenciária, onde eu estava preso, iniciamos as reuniões para a criação da Associação dos Faiscadores e Garimpeiros do Território Federal de Roraima, que foi a semente da Usagal [União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal].

O senhor voltou pela terceira vez ao garimpo em Surucucu?

Zé Altino – Sim. Em 16 de fevereiro de 1989, o Sarney baixou os decretos nº 97.512 e nº 97.530, que reduziram a área total do território Yanomami a 2,4 milhões de hectares, compreendendo 19 áreas descontínuas ou “ilhas”. No ano seguinte, ele criou duas reservas garimpeiras: a Floresta Nacional de Roraima e a Uraricoera e Catrimani-Couto Magalhães. O garimpo explodiu! Com entrada e saída [do garimpo], nós atingimos 40 mil [pessoas]; era muita rotatividade. Presencialmente, o número de garimpeiros era nivelado em 26 mil homens. Nós tínhamos de 410 aviões [no hangar do aeroporto] e mil homens neste serviço em Boa Vista, além 154 pistas de aviação em lugares diferentes. Também tínhamos balsas nos rios e garimpos manuais fora das pistas.

O então presidente Fernando Collor de Mello e Davi Kopenawa Yanomami durante solenidade de assinatura da homologação da Terra Indígena Yanomami, no Palácio do Planalto, em 25/05/1992 (Foto: José Varella/Arquivo AE)

Mas o Sarney deixou o governo e o então presidente Fernando Collor de Mello derrubou os decretos. A Constituição Federal de 1988 também proíbe a extração de minérios em terras indígenas. O que o senhor tem a dizer sobre essa proibição?

Zé Altino – O comércio do ouro não é ilegal. A Constituição de 1988 criou nova sistemática de tributação para o ouro em estado natural ou industrializado: ‘ouro mercadoria’. Roraima é o único lugar no mundo que a cassiterita está associada ao ouro. O ouro que sai com a cassiterita paga toda a operação de exploração, vem praticamente de graça. Naquela época, a cassiterita com o estanho valia 1.600 dólares.

Zé altino com o ex-presidente José Sarney (Reprodução Facebook)

Mas o presidente Collor fechou o garimpo e iniciou a demarcação da terra indígena, como foi isso?

José Altino Machado- No dia 18 de março [1990], o Collor vestiu uma farda de general e foi para as bandas de Roraima. Ele chamou a imprensa do mundo para dizer que ia proteger os índios e criou a lei que fechou os garimpos, não se importando se existiam direitos anteriores e isso trouxe essa bagunça. Isso causou uma confusão sem precedentes porque a nossa atividade, ela não depende do poder do Estado para ser exercida. Nunca dependeu de grande capital, não depende de ter diploma. Ela praticamente democratiza a expansão da atividade. Os homens mais ricos que eu conheço do garimpo não têm nem conta em banco. Nós não temos tempo de colheita, plantio, nós tiramos o material e já está na mão. É uma atividade que reina soberana sobre qualquer determinação que há em confronto. Por isso que Roraima vive na miséria.

As operações de retirada dos garimpeiros continuaram no decorrer dos anos 1990. Entre os meses de junho e julho de 1993, aconteceram na aldeia Haximu – no alto Orinoco, na Venezuela – uma série de conflitos com garimpeiros. Na sequência de ataques, os garimpeiros mataram, a tiros e terçados, 16 yanomami. Foi o primeiro caso no Brasil a ser julgado como crime de genocídio. Cinco garimpeiros foram condenados. Qual é a sua versão desse fato que completa 28 anos este ano?

Zé Altino – Fiquei sabendo [dos conflitos]. Eles [os garimpeiros] vieram, me contaram, eu falei com eles: ‘não revide, não procure, não vai, não aceite o revide!’. Eles foram e se armaram: foram para lá. Quando os índios vieram outra vez, aí deu a briga. Isso aconteceu do lado venezuelano. Eu me afastei [da Terra Indígena Yanomami], porque sou refratário a certos assuntos, mas o comportamento de um, dois, três, quatro homens influencia dessa maneira para botar na rua.

'Por que haveria de me arrepender [de minerar em área indígena]? Se é um pesadelo para alguns, é sustento para muitos'

Piloto de helicóptero da Força Aérea Brasileira (FAB) remove, da maloca do Homoxi para o posto médico de Surucucus, vítima da invasão garimpeira na TI Yanomami, nos anos 90 (Foto: Charles Vicent/ISA)

O senhor se arrependeu de minerar em uma área indígena, em razão dos danos socioambientais à floresta e os conflitos com mortes?

Zé Altino – Por que haveria de me arrepender? Minha defesa e discurso podem ser mais feios ou menos utópicos que de outras facções políticas ou religiosas, mas são a pura realidade. Se é um pesadelo para alguns, é sustento para muitos. Além do mais, esses hoje tão indefesos Yanomami, no passado nem tão longínquo, tinham expectativa de vida em média de 32, 34 anos. É irresponsável a defesa cuja pregação era deixá-los como estavam. Na verdade, era um 'oficial e irresponsável abandono'. Assim, sempre será fácil cuidar de qualquer sociedade. No Brasil tudo se faz e julga pelo ouvido, nunca pelo conhecimento e/ou cultura.

O senhor disse que deixou a Terra Indígena Yanomami, mas não saiu do negócio da mineração, tanto que está no Tapajós...

Zé Altino – Eu não tenho negócios e nem comando nenhum [garimpo]. Embora tenha áreas preservadas e respeitadas como sendo minhas, desde a década de 1980. Estão quietinhas lá [na terra Yanomami]. Eu estou aguardando a legitimação da proposta legal para exploração de área indígena.

O senhor está se referindo ao Projeto de Lei (PL) 191/2020, do presidente Jair Bolsonaro, que regulamenta a mineração em terras indígenas?

Zé Altino – Esse projeto do Bolsonaro vai virar uma confusão. Para começar, não fala de garimpagem das áreas indígenas. Fala de mineradoras, empresas. Isso não é garimpagem. Há quatro décadas que os garimpeiros estão lá [nos Yanomami] com parceiros, sócios e cúmplices na ilegalidade. Munduruku tem 60 anos e está todo mundo junto trabalhando. Kayapó tem 35 anos todo mundo junto. Todas essas comunidades indígenas já estão juntas com as comunidades ditas civilizadas, tem anos e anos. Aí você vai fazer uma lei infeliz, porque a sociedade já se arrumou no vazio e na omissão do governo e da administração do mundo, e isso nunca chega na imaginação do deputado paulista, do deputado do Paraná, do Rio de Janeiro, que acha que tem que ser assim.

Então o senhor não é próximo ao Bolsonaro, mas frequenta o gabinete do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Zé Altino – O general Mourão, eu conheci como coronel chefiando a segunda seção do CMA [Comando Militar da Amazônia], em Manaus. Então, a Amazônia e os assuntos [amazônicos] têm um lugar muito especial no coração e na cabeça deles [dos militares]. Eles não são capazes de ir empurrando os povos como outros governantes fazem e fizeram, porque eles conhecem [os indígenas], para eles é difícil, [até para] o próprio Mourão. O Conselho tem uma atuação limitada, circunscrita a organizar propostas, e nada vai adiante por "vaidades humanas".

No cenário político atual, o governo federal organiza uma nova retirada dos garimpeiros da Terra Yanomami, onde vários conflitos são registrados.

Zé Altino – Passaram-se 28 anos [do massacre de Haximu] e nunca deixou de existir garimpo. O que aconteceu é que modernizou o tipo de trabalho. Antigamente, você usava mais aviões. Com isso [havia] a obrigação de construções de pistas. Nós chegamos e construímos 150 em dois meses. Naquela época, só usava avião e pouquíssimos helicópteros. Agora, Roraima está com 40 helicópteros; isso facilitou demais a atividade. Pode até tirar [os garimpeiros], mas daqui 6 ou 7 meses volta todo mundo.

'Passaram-se 28 anos [do massacre de Haximu] e nunca deixou de existir garimpo. O que aconteceu é que modernizou o tipo de trabalho'

Pista na região do Parima (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)

Leia as reportagens da série Ouro do Sangue Yanomami

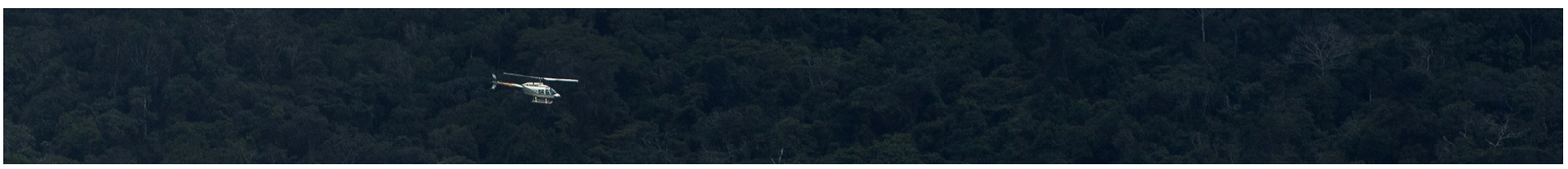
Leia as reportagens da série em inglês

Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui.

CONTINUE LENDO

Céu sem lei é controlado por garimpeiros

PCC se aproxima de garimpeiros para lavagem de recursos



R$ 200 mil por semana: quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo

Romero Jucá, o ‘maior inimigo’ dos Yanomami

‘Compro tudo’: ouro Yanomami é vendido livremente na Rua do Ouro

HStern, Ourominas e D’Gold: as principais compradoras do ouro ilegal da TI Yanomami

Realização

Apoio

Equipes da série Ouro do Sangue Yanomami

Amazônia Real: Kátia Brasil (editora-executiva); Eduardo Nunomura (editor de especiais); Alberto César Araújo (editor de fotografia); Elaíze Farias (editora de conteúdo); Maria Fernanda Ribeiro, Clara Britto e Alicia Lobato (repórteres); Bruno Kelly (fotografia do sobrevoo) e Paulo Dessana (fotografia); Lívia Lemos (mídias sociais); Maria Cecília Costa (assistente executiva); Giovanny Vera (mapa); César Nogueira (montagem); CajuIdeas (desenvolvimento do site); e Ana Cecilia Maranhão Godoy (tradutora).

Repórter Brasil: Ana Magalhães (coordenadora de jornalismo); Mariana Della Barba (editora); Mayra Sartorato (editora de redes sociais); Piero Locatelli e Guilherme Henrique (repórteres); e Joyce Cardoso (estagiária).